

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOS SHIPPING



RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 112/2024
Data: 16/10/2024



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
APÓS MESES DE CONTRADIÇÃO, GOVERNO FEDERAL DIZ QUE ÁREA DO PORTO DE SANTOS IRÁ A LEILÃO EM 2025	4
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	6
EDITAL PARA PLATAFORMAS DO SERGIPE ÁGUAS PROFUNDAS SAI ATÉ NOVEMBRO.....	6
ECONOMISTA DA FECOMÉRCIO-PE DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA DEVERIA VIR COM REFORMA ADMINISTRATIVA	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	8
INSTALAÇÕES QUE MOVIMENTAM CONTÊINERES DEVEM SE CADASTRAR NO MÓDULO APP ATÉ DEZEMBRO DE 2024	8
BE NEWS – BRASIL EXPORT	9
EDITORIAL – A CRISE DA ENEL E A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO SETOR ELÉTRICO	9
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	9
<i>Audiências suspensas 1</i>	9
<i>Audiências suspensas 2</i>	10
<i>Audiências suspensas 3</i>	10
<i>Produção de grãos em alta 1</i>	10
<i>Produção de grãos em alta 2</i>	10
NACIONAL - PORTO DE SANTOS - PROJETO DO STS10 VAI AMPLIAR CAPACIDADE E TEM LEILÃO PREVISTO PARA 2025, DIZ MPOR	10
REGIÃO SUDESTE - GOVERNADOR DE SP BUSCA APOIO DO TCU POR INTERVENÇÃO FEDERAL NA ENEL	12
NACIONAL - ANTT E ANATEL LANÇAM PRÊMIO PARA PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES	13
NACIONAL - METAS DE EMISSÕES E CUSTOS DE CARGA PREOCUPAM SETOR MARÍTIMO	14
NACIONAL - CONGRESSO DA ABDPM DISCUTE NOVO MARCO LEGAL PORTUÁRIO	15
REGIÃO NORDESTE - NAVIO RECORDISTA DE CONTÊINERES NO PANAMÁ FAZ ESCALA EM SUAPE	16
REGIÃO SUL - DP WORLD AUMENTA PRESENÇA NO BRASIL COM ESCRITÓRIO EM ITAJAÍ	17
REGIÃO SUL - TECON RIO GRANDE: MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS REGISTRA CRESCIMENTO DE 29%	18
PORTO DE SANTOS - PF DEFLAGRA OPERAÇÃO QUE INVESTIGA TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS	19
REGIÃO SUDESTE - SP DISCUTE PROJETOS DE TECNOLOGIA VERDE COM EMPRESÁRIOS ALEMÃES	19
REGIÃO SUDESTE - ACS ABRE INSCRIÇÕES PARA O IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE-EMPRESA	20
REGIÃO NORTE - HIDROVIAS DO BRASIL ENCERRA 1º EDIÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO FEMININA	21
OPINIÃO – FINANÇAS - A IMPORTÂNCIA DO HEDGE CAMBIAL EM MEIO ÀS ELEIÇÕES NOS EUA	22
OPINIÃO – INFRAESTRUTURA - CHINA: O CHÃO DE FÁBRICA DO MUNDO	23
JORNAL O GLOBO – RJ.....	24
EM ENCONTRO COM LULA, BANQUEIROS TENTAM DAR EMPURRÃO A PLANO DE HADDAD PARA CONTER DESPESAS; LEIA OS BASTIDORES	24
SECA DECORRENTE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS FAZ TRÁFEGO CAIR 29% NO CANAL DO PANAMÁ.....	25
TCU OBRIGA ENEL A ABRIR CENTRO DE COMANDO À ANEEL, AO GOVERNO DE SP E A MUNICÍPIOS	26
EM REUNIÃO, LULA FOI ASSERTIVO SOBRE EQUILÍBRIO FISCAL E SE MOSTROU 'ABERTO AO DIÁLOGO' COM BANCOS, DIZ LÍDER DA FEBRABAN	27
SABE O QUE VAI IMPULSIONAR A DEMANDA DE ELETRICIDADE NAS PRÓXIMAS DÉCADAS? ACREDITE, O USO DO AR-CONDICIONADO	29
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	30
GOVERNO QUER RETIRAR ESTATAIS DO ORÇAMENTO E CRÍTICOS FALAM EM POSSIBILIDADE DE MANOBRA FISCAL.....	30
LIRA RESISTE A VOTAR 2º PROJETO DA REFORMA TRIBUTÁRIA ANTES DE SENADO APROVAR O 1º	33
TELEBRAS GASTA MAIS DE R\$ 100 MILHÕES EM 4 ANOS SEM DINHEIRO EM CAIXA E VIRA PROBLEMA PARA O GOVERNO	34
LULA RETIRA URGÊNCIA DE PROJETO DE LEI DO AUXÍLIO GÁS QUE OPÕE FAZENDA E MINAS E ENERGIA.....	35
VALOR ECONÔMICO (SP).....	36
ACRO CABOS RECEBE CERTIFICAÇÃO EM OPERAÇÕES OFFSHORE	36
ANTIDUMPING CONTRA FOLHA METÁLICA DA CHINA OPÕE CSN E FABRICANTES DE LATAS DE AÇO E DE ALIMENTOS	37
TARCÍSIO DEFENDE ABERTURA DE PROCESSO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO DA ENEL.....	38
APAGÃO EM SP REVELA URGÊNCIA DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURA CRÍTICA....	39
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	41
MARINHA DIVULGA EDITAL PARA COMPRA DE CHAPAS PARA NAVIO PATRULHA.....	41



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 112/2024
Página 3 de 41
Data: 16/10/2024
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	41
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	41



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

APÓS MESES DE CONTRADIÇÃO, GOVERNO FEDERAL DIZ QUE ÁREA DO PORTO DE SANTOS IRÁ A LEILÃO EM 2025

Foi formatada uma área para megaterminal de contêineres no cais no Saboó

Por Bárbara Farias



O Governo Federal confirmou nesta terça-feira (15) o leilão do STS10, no Porto de Santos, em 2025 (Vanessa Rodrigues/AT)

O Governo Federal confirmou nesta terça-feira (15) o leilão do STS10, no Porto de Santos, em 2025. A área, localizada no cais do Saboó, será destinada a um terminal de grande porte, que deverá elevar a capacidade do maior ativo portuário do País em cerca de 3 milhões de TEU (unidade equivalente a um contêiner de 20 pés), passando dos atuais 6 milhões para 9 milhões de TEU.

A notícia, uma das mais esperadas pelo setor portuário, chegou em divulgação feita pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para a imprensa, após meses de contradições e questionamentos sem respostas sobre o STS10.

“Estamos ampliando a capacidade de importação e de exportação do maior porto brasileiro, garantindo melhoria na operação e tornando nossos produtos exportados ainda mais competitivos”, disse o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, no comunicado divulgado.

O MPor informou que encaminhou ofício à Infra S.A. (empresa pública controlada pela União que faz o planejamento de projetos) com as diretrizes para a concessão, que preveem adaptações no modelo original proposto há cinco anos. O estudo ajustado deverá ser encaminhado para análise do Tribunal de Contas da União (TCU) ainda este ano.

O modelo atualizado foi aprovado pelo MPor e pela Casa Civil, cujo ministro, Rui Costa, esteve em Santos em reunião sigilosa sobre o tema no mês passado, evitando a imprensa. O projeto estabelece quatro berços de atracação de navios, um a mais do que a proposta inicial, o que ampliará em 50% a capacidade de contêineres no complexo portuário santista.

Quatro berços?

De acordo com a ideia original, a área a ser destinada ao STS10 é de 601 mil metros quadrados (m²). A Reportagem questionou o MPor se a área de concessão será expandida para receber o quarto berço, mas não obteve resposta até o fechamento da edição.

Originalmente, o contrato de concessão previa investimento aproximado de R\$ 3,3 bilhões e vigência de 25 anos. O critério do certame seria por maior outorga.

Questionado sobre a novidade, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, foi sucinto. “Nós estamos de acordo com essa orientação e assim será feito. Toda a área do Saboó, anteriormente reservada, será utilizada para o leilão do STS10 nos termos do que foi decidido pelo Ministério de Portos e pela Casa Civil”.

Agilidade

Consultor portuário e colunista de A Tribuna, Luis Cláudio Montenegro acredita que é possível realizar o leilão em curto prazo. “Esse processo está muito bem construído. Os ajustes que precisam ser feitos são pontuais e o leilão pode ser realizado já no ano que vem, com muita velocidade”.



Perguntado se a decisão de licitar o STS10 foi influenciada pela venda de 48% do controle acionário da Santos Brasil ao Grupo CMA CGM, no mês passado, Montenegro prefere ressaltar o interesse pela área. “Um ativo (STS10) tão importante quanto esse, com operação inexistente, não pode ficar parado. Um País que precisa tanto de investimento (em infraestrutura) não pode abrir mão”.

Processo parado

O local está qualificado no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Governo Federal. Conforme o cronograma divulgado no site do PPI, o processo licitatório está parado desde maio de 2022, quando foi concluída a consulta pública. O próximo passo seria a manifestação do TCU, para dar andamento ao preparo e lançamento do edital.

Polêmica

Em agosto deste ano, o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, disse que o STS10 não seria viabilizado antes da construção de dois viadutos na Alemoa, previstos para 2028. Isso porque as obras são necessárias para não provocar um caos logístico com o aumento do número de caminhões em direção ao megaterminal. Entidades portuárias consultadas por A Tribuna, na ocasião, concordaram com Pomini. Ontem, o Governo Federal não informou como fará para evitar que Santos fique travada pelo aumento do fluxo de caminhões.

Transferência de terminal de cruzeiros seria mantida

Ao confirmar o leilão do STS10, o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) manteve o posicionamento sobre a transferência do Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, administrado pelo Concais, de Outeirinhos para a mesma área, que fica ao lado do Parque Valongo. O MPor ressalta que a atividade turística não prejudicará as operações de contêineres no Sabó.

Em nota, o Governo Federal informou que analisará com a Infra SA a melhor modelagem para a operação do terminal de cruzeiros, tendo em vista a importância do local, que hoje recebe cerca de 1 milhão de cruzeiristas por ano.

“É um projeto construído após muita análise, para que a gente pudesse encontrar a melhor solução para o Porto de Santos e para o País”, afirmou o ministro Sílvio Costa Filho.

Especialistas

Quanto à união das atividades, cruzeiros e cargas, no mesmo local, o consultor portuário e colunista de A Tribuna Luis Cláudio Montenegro comenta que as operações podem ocorrer sem interferências.

“O terminal será instalado em região própria. A Infra S.A. trabalhará em uma solução que gere uma possibilidade de recursos que poderiam entrar a título de outorga e que possam contribuir com a construção do terminal de passageiros à altura do que a Cidade merece”.

Para o professor e coordenador de Arquitetura e Engenharias da Esamc, Alessandro Lopes, que é especialista em projetos de cidades inteligentes, a coexistência dos terminais de contêineres e de passageiros no Porto de Santos é “um paradigma fascinante e multifacetado, refletindo os desafios e oportunidades da urbanização contemporânea”.

Para ele, a integração de operações portuárias aparentemente díspares pode ser a chave para um desenvolvimento urbano mais sustentável e harmonioso. Lopes observa também que horários alternativos para operações portuárias podem ser estabelecidos para evitar a sobreposição com o fluxo turístico, “mitigando congestionamentos e melhorando a experiência dos passageiros”.

ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

EDITAL PARA PLATAFORMAS DO SERGIPE ÁGUAS PROFUNDAS SAI ATÉ NOVEMBRO

Petrobras anuncia em até 15 dias lançamento de licitação para o projeto de construção e operação em Sergipe das duas unidades flutuantes de produção e armazenamento

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Vencedor da licitação constrói e opera as plataformas em Sergipe por um período entre três a cinco anos, antes de transferir a operação para a Petrobras. Foto: Ascom Petrobras/Divulgação

A Petrobras deve lançar, entre o fim de outubro e início de novembro, o edital para contratação das plataformas do projeto Sergipe Águas Profundas (Seap). O anúncio foi feito na última segunda-feira (14), semanas após a estatal indicar a avaliação de um novo modelo de contratação. O governo de Sergipe acompanha com

otimismo o andamento do projeto, visto como essencial para o desenvolvimento regional.

A diretora de Exploração e Produção (E&P) da Petrobras, Sylvia Anjos, declarou que o edital será apresentado ao mercado em até 15 dias. O anúncio ocorreu durante o lançamento de outro edital voltado à contratação de plataforma para os campos de Marlim, na Bacia de Campos. O novo formato de licitação busca atrair mais interessados para a construção e operação das duas unidades flutuantes de produção e armazenamento (FPSOs).

O secretário de Desenvolvimento Econômico e Ciência e Tecnologia de Sergipe, Valmor Barbosa, celebrou o novo modelo de contratação, afirmando que o projeto está cada vez mais próximo de se tornar realidade. “O lançamento do edital em novo formato garante viabilidade ao Seap e evita novos adiamentos”, comentou Valmor.

Novo modelo de contratação

O modelo adotado pela Petrobras é o BOT (construção, operação e transferência, na sigla em inglês), em que o vencedor da licitação constrói e opera as plataformas por um período entre três a cinco anos, antes de transferir a operação para a Petrobras. No formato anterior, baseado no afretamento, a licitação foi adiada três vezes devido à falta de interessados.

Com o novo modelo, a Petrobras garante que o cronograma do Seap, previsto para iniciar entre 2028 e 2029, será mantido, mesmo com a mudança de estratégia para atrair empresas do setor.

Histórico do Sergipe Águas Profundas

No dia 18 de julho, o governador de Sergipe, Fábio Mitidieri, esteve em audiência com a então recém-empossada presidente da Petrobras, Magda Chambriard, e a equipe técnica da estatal, incluindo a diretora de E&P, Sylvia Anjos, e a diretora de Engenharia, Tecnologia e Inovação, Renata Baruzzi. Durante o encontro, Chambriard reafirmou o compromisso com o projeto e a manutenção do cronograma.

No mês seguinte, em 26 de julho, durante o Sergipe Oil & Gas, Sylvia Anjos reafirmou que o Seap manteria seu prazo original para 2028, ainda que houvesse a possibilidade de as operações começarem no ano seguinte, devido à necessidade de uma nova licitação.

No evento Rio Oil & Gas, em setembro, Sylvia mencionou novamente o projeto Seap e a importância do modelo BOT para assegurar o cumprimento do cronograma. “Estamos confiantes de que, com

esse processo, conseguiremos viabilizar a produção no Seap, um projeto fundamental no nosso plano estratégico”, afirmou a diretora.

Capacidade de produção

O projeto prevê que a primeira unidade, Seap I, tenha capacidade de produzir 120 mil barris de petróleo por dia, além de 8 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia. A segunda unidade, Seap II, terá a mesma capacidade de petróleo, mas produzirá até 10 milhões de metros cúbicos de gás natural diariamente. Além disso, será construído um gasoduto de 128 km de extensão para escoamento, sendo 100 km no mar e 28 km em terra.

*Com informações do Governo de Sergipe

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/10/2024

ECONOMISTA DA FECOMÉRCIO-PE DIZ QUE REFORMA TRIBUTÁRIA DEVERIA VIR COM REFORMA ADMINISTRATIVA

Especialistas dizem que, com mais tempo para fazer a regulamentação, alguns setores vão tentar obter alíquotas diferenciadas do IVA

Da Redação ME - redacao@movimentoeconomico.com.br



Economista da Fecomércio-PE Rafael Lima fala da importância do governo ter um gasto mais eficiente. Foto: Divulgação/Fecomércio

O economista da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio PE) Rafael Lima disse que é importante a reforma tributária vir acompanhada de uma reforma administrativa para que o Estado passe a ter um gasto mais eficiente. Ele também comentou que é importante a segunda etapa da reforma que vai mexer nas faixas do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) porque “este tributo tem um impacto forte no orçamento da população”.

Na segunda-feira (14), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad afirmou que a segunda fase da reforma tributária que vai tratar dos impostos sobre a renda vai ser enviada ao Congresso Nacional somente em 2025. Esta segunda etapa era aguardada para começar a ser analisada pelo Congresso Nacional ainda este ano. A Fazenda e o Ministério do Planejamento e Orçamento estão fazendo uma revisão dos gastos do governo federal.

“Se o governo não começar a gastar de forma eficiente, nada vai adiantar”, comentou Rafael. Com a redução dos gastos do governo, não há necessidade de criar mais impostos. Até agora, o governo aprovou um texto da reforma tributária que alterou os impostos que incidem sobre o consumo como IPI, Pis, Cofins, ICMS e ISS que serão substituídos pelo IVA dual.

O texto da regulamentação da reforma tributária parece que também vai ficar para 2025. “Isso significa menos tempo para as empresas se adaptarem às novas normas”, contou Rafael. A reforma tributária vai ser implantada de forma gradativa e a previsão é da nova lei entrar em vigor no dia 1º de janeiro de 2026.

Segundo o sócio no escritório Ivo Barboza Advogados o advogado tributarista Alexandre Albuquerque, o adiamento da regulamentação tem dois lados. “O tempo que dá para aprimorar algumas questões é o mesmo tempo que pode transformar a Reforma Tributária num Frankenstein”, afirmou Alexandre, acrescentando que, na regulamentação, também falta definir quais são os produtos que terão alíquotas diferenciadas. “Quanto maior for o desconto nas alíquotas sobre alguns produtos, mas vai subir o percentual da alíquota padrão”, explicou Alexandre.

Esta alíquota padrão também ainda não está definida, mas pode resultar num dos Impostos sobre Valor Agregado (IVA) mais altos do mundo. Inicialmente, se falava de uma alíquota padrão do IVA

que ficasse em 26,6%. Agora, se fala no IVA com uma alíquota padrão que vai variar entre 28% e 29%. “Aumentar esta alíquota padrão é um estímulo a sonegação num País que não tem educação fiscal”, conclui Alexandre.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 16/10/2024



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

INSTALAÇÕES QUE MOVIMENTAM CONTÊINERES DEVEM SE CADASTRAR NO MÓDULO APP ATÉ DEZEMBRO DE 2024

Nesse primeiro momento será facultativo o cadastro para os usuários que não movimentam cargas containerizadas



Foto: Porto de Santos (SP)

Brasília, 16/10/2024 - Os usuários Máster que movimentam cargas containerizadas devem se cadastrar para enviar os dados de suas receitas ao módulo de Acompanhamento de Preços Portuários (Módulo APP) até o dia 1º de dezembro de 2024.

A obrigatoriedade se baseia na Resolução ANTAQ 118/2024, que foi aprovada pela Diretoria Colegiada da

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) e entrou em vigor no início do mês de outubro.

A prioridade de cadastro será para o usuário Máster - responsável pelo cadastramento dos demais usuários da sua instalação portuária - que movimentou cargas contêineres ao longo do ano de 2024. Essa regra também é válida para instalações que iniciarem a movimentação após o dia 1º de dezembro.

Para os outros tipos de carga a que a resolução se refere, o cadastro até o início de dezembro é facultativo. O normativo abrange, além de contêineres, veículos, carga solta, granel sólido, granel líquido e passageiros.

O primeiro envio de dados para o Módulo APP deve ser feito, pelos usuários Máster, até o dia 31 de maio de 2025 com as informações do primeiro trimestre do ano na forma mensal.

Instruções de cadastro

Os autorizatários ou arrendatários serão responsáveis pelo fornecimento das informações de que trata esta resolução. As instruções para a efetivação do cadastro estarão disponíveis em breve no site da ANTAQ. Eventuais dúvidas podem ser endereçadas ao e-mail app@antag.gov.br.

Caso a empresa já possua usuário Máster cadastrado perante a ANTAQ com documentação vigente, o acesso ao Módulo APP poderá ser requisitado pelo próprio usuário por meio do email app@antag.gov.br.

*Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ*

Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 16/10/2024



BE NEWS

BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A CRISE DA ENEL E A NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO SETOR ELÉTRICO

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A recente crise na distribuição de energia em São Paulo, causada por um temporal e agravada pela incapacidade da Enel em atender à demanda, expõe falhas crônicas no setor elétrico brasileiro e a urgência de medidas mais efetivas para garantir a qualidade do serviço prestado à população. A solicitação de intervenção do TCU na concessionária, feita pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, reflete a insatisfação generalizada com a atuação da empresa e a necessidade de mudanças profundas no setor.

A ineficiência da Enel em lidar com a situação emergencial, apesar de ter apresentado um plano de contingência, demonstra a fragilidade do sistema e a falta de preparo da concessionária para enfrentar eventos climáticos extremos. A interrupção prolongada no fornecimento de energia, um serviço essencial para a população, causou prejuízos econômicos e sociais significativos, além de gerar grande insatisfação entre os consumidores.

A postura do governador de São Paulo, ao solicitar a intervenção do TCU e a revisão dos parâmetros regulatórios do setor elétrico, demonstra a gravidade da situação e a necessidade de uma ação rápida e contundente por parte das autoridades. A exigência de que a Enel seja responsabilizada por sua ineficiência e a proposição de mudanças mais profundas no setor são medidas que devem ser apoiadas.

A crise da Enel coloca em evidência a necessidade de uma revisão urgente do modelo de concessão do setor elétrico. Os indicadores atualmente utilizados para avaliar a performance das concessionárias mostram-se inadequados para garantir a qualidade do serviço prestado à população. É preciso estabelecer novos parâmetros que incentivem os investimentos em infraestrutura e a melhoria da qualidade do atendimento.

Além disso, a crise ressalta a importância de um planejamento mais eficiente e de investimentos em infraestrutura para garantir a resiliência do sistema elétrico frente a eventos climáticos extremos. A mudança climática está intensificando a ocorrência de eventos extremos, como tempestades e secas, e o setor elétrico precisa estar preparado para lidar com esses desafios.

Em conclusão, a crise da Enel em São Paulo é um chamado para uma profunda reflexão sobre o futuro do setor elétrico brasileiro. A necessidade de garantir a qualidade do serviço prestado à população, a importância de investir em infraestrutura e a necessidade de adaptar o setor às novas realidades climáticas são desafios que exigem uma ação rápida e coordenada por parte do governo, dos reguladores e das empresas do setor. A intervenção do TCU na concessionária e a revisão dos parâmetros regulatórios são medidas importantes para iniciar esse processo de transformação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

AUDIÊNCIAS SUSPENSAS 1

A Justiça Federal suspendeu liminarmente as audiências públicas abertas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), para o processo de renovação da concessão da Ferrovia Centro Atlântica (FCA), explorada pela VLI. A decisão foi tomada nessa terça-feira, dia 15, pela juíza da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, Geraldine Vital, em resposta a uma ação de autoria da associação

Logística Brasil. A entidade alega que não foram apresentados estudos de impacto sobre a concessão, nem documentos que comprovem a vantajosidade da renovação.

AUDIÊNCIAS SUSPENSAS 2

Em sua liminar, a juíza federal Geraldine Vital afirmou que “a ausência do estudo técnico priva a população de uma análise aprofundada dos impactos e benefícios da renovação contratual, em comparação com a realização de nova licitação, e desvirtua a função de transparência e participação social prevista na lei”.

AUDIÊNCIAS SUSPENSAS 3

No processo de renovação da concessão da FCA, já foram realizadas audiências públicas em Brasília (DF), Belo Horizonte (MG), Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (BA). Nessa sexta-feira, dia 18, haveria a de Salvador (BA) e, na segunda, dia 21, a de Goiânia (GO).

PRODUÇÃO DE GRÃOS EM ALTA 1

Levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) esma que a produção de grãos no Brasil terá crescimento recorde de 8,3% na temporada 2024/25, chegando a 322,47 milhões de toneladas. Se confirmado, o resultado representa acréscimo de 24,5 milhões de toneladas na comparação com o ciclo anterior. A projeção consta do 1º Levantamento da Safra de Grãos 2024/25, divulgado nessa terça-feira, dia 15. Em termos de área, o crescimento esmado é de 1,9%, totalizando 81,34 milhões de hectares a serem utilizados nesta safra.

PRODUÇÃO DE GRÃOS EM ALTA 2

Segundo a Conab, a área destinada à produção de arroz é 9,9% maior do que a utilizada no ciclo anterior. Essa alta foi percebida em todas as regiões do País, sendo de forma mais intensa no Centro-Oeste (33,5%) e no Sudeste (16,9%). Só em Mato Grosso, os produtores vão destinar mais de 133 mil hectares para cultivo do grão, elevação de 39,3% quando comparada com a área registrada na temporada de 2023/24. Em Goiás, o aumento chega a 24%, índice pouco menor que o registrado em Minas Gerais, onde se verifica alta de 25,1%”, informou a Conab.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

NACIONAL - PORTO DE SANTOS - PROJETO DO STS10 VAI AMPLIAR CAPACIDADE E TEM LEILÃO PREVISTO PARA 2025, DIZ MPOR

Segundo a pasta, movimentação de contêineres em Santos passará de 6 milhões para 9 milhões por ano

Por **CÁSSIO LYRA** cassio.lyra@redebenews.com.br



As diretrizes para o futuro terminal de contêineres em Santos foram definidas pela área técnica do MPor e o estudo ajustado deverá ser encaminhado para a análise do TCU. Foto: Divulgação/APS

SEGUNDO O MINISTÉRIO DE PORTOS, AS DIRETRIZES PARA O FUTURO TERMINAL DE CONTÊINERES NA ÁREA DO BAIRRO SABOÓ, EM SANTOS, FORAM DEFINIDAS PELA ÁREA TÉCNICA, E O ESTUDO AJUSTADO DEVERÁ SER ENCAMINHADO PARA A ANÁLISE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU) AINDA NESTE ANO. A PREVISÃO É QUE O LEILÃO DO STS10 OCORRA NO ANO QUE VEM

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou que vai dar continuidade ao leilão do STS10, terminal localizado na margem direita do Porto de Santos (SP) destinado para a movimentação de contêineres. Segundo a pasta, o novo estudo do terminal prevê aumento de berços para atracação e ampliação em 50% da capacidade de contêineres. A previsão é que o leilão ocorra em 2025.

Segundo comunicado, o MPor encaminhou um ofício para a Infra S.A., empresa federal vinculada ao Ministério dos Transportes, com as diretrizes para a concessão da área.



No modelo atual, aprovado pela Casa Civil, projeta-se a presença de quatro berços de atracação no futuro terminal, quantidade maior do que o projeto original, que previa três berços. De acordo com os estudos, o projeto vai ampliar em 50% a capacidade de contêineres movimentados no Porto de Santos.

Atualmente, a capacidade do cais santista é de 6 milhões de contêineres. Com o leilão do STS10, a capacidade passará a ser de 9 milhões de contêineres.

Segundo o Ministério de Portos, as diretrizes para o futuro terminal de contêineres na área do bairro Saboó, em Santos, foram definidas pela área técnica, e o estudo ajustado deverá ser encaminhado para a análise do Tribunal de Contas da União (TCU) ainda neste ano. A previsão é que o leilão do STS10 ocorra no ano que vem.

Inicialmente, a viabilização do terminal STS10 se deu a partir do projeto de desestatização da administração do Porto de Santos, durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. No entanto, desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o poder, o Governo Federal retirou o cais santista do programa de privatizações.

Em nota enviada ao BE News, a Autoridade Portuária de Santos (APS) informou que, a partir da delegação de competências do Porto de Santos, a companhia vai conduzir o processo de arrendamento da área destinada ao STS10.

“Estamos de acordo com essa orientação e assim será feito. Toda a área do Saboó, anteriormente reservada, será utilizada para o leilão do STS10, nos termos daquilo que foi decidido pelo Ministério de Portos e pela Casa Civil”, afirmou ao BE News Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS).

O MPor afirmou, ainda, que vai analisar em conjunto com a Infra S.A. a melhor modelagem referente à transferência do terminal de passageiros do Porto de Santos, o Concais.

Atualmente localizado na região de Outeirinhos, a ideia do Governo Federal e da Autoridade Portuária de Santos (APS) é que a infraestrutura seja construída no bairro Valongo, próximo ao Centro Histórico de Santos, e parte de área do STS10 fosse contemplada. Segundo o MPor, o novo terminal de passageiros não deverá interferir na operação da área do futuro terminal de contêineres.

Ecoporto

Com a viabilização do STS10 encaminhado pelo Ministério de Portos, o terminal da Ecoporto tem futuro incerto pois está localizado em uma parte da área do futuro terminal de contêineres. Com o contrato de arrendamento vigente até o final deste ano, a expectativa é que a empresa não tenha seu vínculo renovado para a área onde está instalada, na margem direita do Porto de Santos.

O MPor chegou a afirmar, no mês de agosto, durante o primeiro leilão de áreas portuárias em 2024, que o Governo Federal havia optado pela não renovação do contrato com a Ecoporto. Apesar da declaração, ainda não há uma posição oficial da pasta a respeito do assunto, que segue sob análise.

Por outro lado, a Autoridade Portuária de Santos, já demonstrou interesse na continuidade das operações do terminal, porém, em uma outra área.

“O arrendamento do Ecoporto segue sob medida cautelar vigendo até dezembro de suspensão do encerramento do contrato, enquanto segue sob análise processo administrativo que trata sobre a prorrogação do Contrato de Arrendamento. A definição será divulgada oportunamente”, disse a APS, em nota enviada à reportagem.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

REGIÃO SUDESTE - GOVERNADOR DE SP BUSCA APOIO DO TCU POR INTERVENÇÃO FEDERAL NA ENEL

Tarcísio de Freitas pressiona por revisão de contratos e melhoria na prestação de serviço da distribuidora

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Tarcísio entregou uma carta ao ministro Augusto Nardes pedindo que o TCU adote medidas para que os órgãos federais declarem a intervenção na Enel ou a caducidade do contrato. Foto: Divulgação/Governo de SP

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), informou na terça-feira (15) que solicitou apoio do Tribunal de Contas da União (TCU) para que o Governo Federal intervenha na Enel, empresa responsável pela distribuição de energia no estado. Após se reunir com o ministro do TCU,

Augusto Nardes, e 16 prefeitos, Tarcísio destacou que mais de 158 mil clientes da Grande São Paulo ainda estavam sem energia elétrica desde o temporal da última sexta-feira (11).

Durante o encontro, o governador entregou uma carta ao ministro solicitando que o TCU adote “as medidas cabíveis para que os órgãos federais competentes declarem, com urgência, a intervenção na concessionária Enel ou a caducidade do contrato”.

O documento aponta que a Enel não cumpriu o plano de contingência proposto pela própria empresa para enfrentar os efeitos de condições climáticas severas. Além disso, a concessionária foi criticada pela sua “incapacidade de prestação de um serviço essencial e indispensável à população, e à altura do que o contrato de concessão exige”.

“A qualidade da prestação do serviço de distribuição de energia elétrica, uma vez mais, mostrou-se muito aquém do esperado, considerando que a energia elétrica é um bem essencial à população e serviço público indispensável, que deve ser prestado de forma regular, contínua e eficiente”, afirma o texto.

Após a reunião, o ministro Augusto Nardes afirmou que considerava a “situação muito grave” e que analisaria toda a documentação recebida. “O que posso dizer é que essa é uma concessão federal e que, por isso, cabe ao TCU fiscalizar. O TCU fiscaliza a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), que tem a responsabilidade de fazer a primeira fiscalização. Nós fazemos a segunda fiscalização quando acontece uma situação tão dramática quanto essa”, explicou Nardes. Mais cedo, o ministro também havia se reunido com representantes da Enel e da Aneel em São Paulo.

Tarcísio de Freitas criticou a concessionária, afirmando que a Enel é “uma empresa inapta” para desempenhar seu papel. “A empresa (Enel) já se mostrou incapaz de prestar serviço de qualidade na cidade de São Paulo”, disse o governador. Ele ressaltou que o diálogo com a companhia já ocorre há bastante tempo, mas que agora é necessário tomar ação.

Além de pedir intervenção, a carta entregue ao TCU também propõe a revisão dos parâmetros regulatórios do setor elétrico. “Os indicadores que temos postos hoje são totalmente inadequados. Se não fizermos revisão dos parâmetros regulatórios, vamos continuar operando com contratos ineficientes. Há ineficiência do modelo e ele precisa ser alterado”, afirmou Tarcísio.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/10/2024

NACIONAL - ANTT E ANATEL LANÇAM PRÊMIO PARA PROJETOS DE CIDADES INTELIGENTES

Premiação visa fortalecer políticas públicas de conectividade e sustentabilidade no setor de telecomunicações e transportes

Da Redação redacao.jornal@redebnews.com.br



O prêmio reconhecerá projetos e ações que envolvam serviços de telecomunicações, infraestrutura e conectividade, fortalecendo o sistema de políticas públicas nacionais. Foto: Reprodução/Anatel

primeira edição do Prêmio Infraconnect.

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) anunciou, em parceria com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a abertura das inscrições para a

O prêmio reconhecerá projetos e ações que envolvam serviços de telecomunicações, infraestrutura e conectividade, fortalecendo o sistema de políticas públicas nacionais, com reverberação na garantia de direitos humanos e cidadania no contexto de cidades inteligentes e internet das coisas.

A cerimônia de premiação será realizada no dia 28 de novembro, na Arena B3, em São Paulo. Na ocasião, serão premiadas as três instituições que obtiverem o primeiro lugar em cada categoria. As instituições classificadas na segunda e terceira posição receberão um certificado de Menção Honrosa.

Para o diretor da ANTT Felipe Queiroz, projetos voltados para gestão de crises, rodovias e logística multimodal desempenham um papel crucial na modernização do transporte, reforçando a importância da conectividade para a segurança e a competitividade do Brasil. “A premiação do Infraconnect traz visibilidade para as iniciativas que buscam soluções para a conectividade, destacando soluções que integram a tecnologia à infraestrutura, promovendo a eficiência operacional e contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país”, frisou o diretor.

Podem participar da premiação instituições públicas ou privadas que tenham sede no Brasil e apresentem projetos e ações com resultados comprovados, implementados há pelo menos seis meses. Os projetos devem estar alinhados com pelo menos um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas).

O presidente da Anatel, Carlos Baigorri, ressaltou a importância da iniciativa. “O Prêmio Infraconnect reflete nosso compromisso com a construção de um ambiente regulatório moderno, capaz de fomentar soluções que integram tecnologia, conectividade e sustentabilidade”.

De acordo com o conselheiro diretor da Anatel e presidente do Centro de Altos Estudos em Comunicações Digitais e Inovações Tecnológicas (Ceadi), Alexandre Freire, “o Prêmio Infraconnect é uma oportunidade única para reconhecer e promover práticas inovadoras que utilizam a conectividade como ferramenta essencial para a transformação digital e o desenvolvimento socioeconômico sustentável. Estamos empenhados em dar visibilidade a iniciativas que impulsionam o Brasil na vanguarda das soluções tecnológicas, com impactos diretos na qualidade de vida da população e na modernização dos serviços públicos e privados”.

Interessados podem encaminhar os projetos até o próximo dia 20, às 22h (horário de Brasília), por meio do envio de um e-mail para ceadi@anatel.gov.br.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/10/2024

NACIONAL - METAS DE EMISSÕES E CUSTOS DE CARGA PREOCUPAM SETOR MARÍTIMO

Debate no Senado destacou a necessidade de medidas coordenadas para descarbonizar operações portuárias e mitigar impactos econômicos

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redenenews.com.br



Durante a audiência pública na Comissão de Infraestrutura do Senado, especialistas discutiram metas de descarbonização e falta de plano integrado para o setor portuário. Foto: Geraldo Magela/Agência Senado

O ACORDO ESTIPULA QUE OS PADRÕES DE EMISSÕES DEVEM SER REDUZIDOS EM 40% ATÉ 2030 E EM 70% ATÉ 2040

A coordenadora-geral de Navegação Marítima do Ministério de Portos e Aeroportos, Bruna Roncel de Oliveira, criticou a ausência de um planejamento estratégico nacional que integre as iniciativas existentes relacionadas ao transporte marítimo em uma política de transição energética.

“Temos observado que são diversas iniciativas esparsas, e ainda não temos uma proposta nacional única de transição energética ou de descarbonização para o transporte marítimo”, afirmou Oliveira durante audiência da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal, na terça-feira (15).

“Nossa preocupação é grande em relação à política de transporte e navegação, porque as imposições vêm aí em um curto prazo”, completou Oliveira, referindo-se ao compromisso firmado pelo Brasil com a Organização Marítima Internacional (IMO) em 2023 para zerar as emissões de gases de efeito estufa do setor até o ano de 2050.

O acordo estipula que os padrões de emissões devem ser reduzidos em 40% até 2030 e em 70% até 2040. O assessor da Organização Marítima Internacional (IMO), Flávio Haruo Mathuiy, explicou que, para que as metas sejam cumpridas, o Governo precisa promover a adoção de tecnologias, combustíveis e fontes de energia que apresentem liberação de gases nulas ou próximo de zero.

“Não é qualquer biocombustível que vai ser aceito, terá que atender aos critérios de sustentabilidade aprovados pela Organização Marítima Internacional e certificado, com uma creditação internacional. Por isso é importante a visão de um plano nacional”, detalhou Mathuiy.

José Nilton de Souza Vieira, coordenador de Etanol e Biometano do Ministério de Minas e Energia, pontuou que o combustível marítimo não foi incluído na Lei do Combustível do Futuro, sancionada recentemente pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), devido à falta de regras definidas entre o Brasil e a Organização Marítima Internacional (IMO) na produção da alternativa energética sustentável.

Vieira sugeriu que o setor marítimo adote um modelo semelhante ao da Política Nacional de Biocombustíveis, RenovaBio, implementada em 2017. No entanto, ele reconheceu que um dos principais desafios da pasta tem sido convencer a sociedade da importância do título de descarbonização, que representa a parcela que o consumidor paga para tornar o biocombustível mais competitivo em relação aos combustíveis fósseis.

“Estamos enfrentando várias ações judiciais movidas por distribuidores de combustíveis, o que demonstra a resistência a essa mudança”, disse Vieira.

Dependência

O Brasil depende fortemente do transporte marítimo, visto que 95% do escoamento para comércio exterior é feito pelos portos. Jesualdo Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), informou que em 2023 foram movimentados cerca de 1,3 bilhões de toneladas de

cargas em operações portuárias, impactando aproximadamente US\$ 482 bilhões e representando 22% do Produto Interno Bruto (PIB) do país.

“Não há dúvidas de que essas medidas de mitigação precisam ser tomadas para a descarbonização, mas é o momento de se ter uma discussão séria. O Brasil precisa estar bastante atento porque todas essas inovações necessárias que precisam e vão vir têm um impacto direto no custo da carga”, alertou Jesualdo.

Para o presidente do Conselho de Administração do Instituto Brasileiro de Infraestrutura (IBI), Mauro Sammarco, o setor marítimo deve ter, até abril de 2025, um plano estratégico para atender às demandas que estão sendo colocadas diante das necessidades de um desenvolvimento sustentável da economia, frente às mudanças climáticas, e para que não sejam prejudicados os negócios do Brasil com parceiros comerciais internacionais.

“Precisamos seguir para evitar que o Brasil possa futuramente sofrer multas ou qualquer tipo de impacto na movimentação de navios que prejudique a produção nacional, a exportação de commodities e o PIB do nosso país”, ressaltou Sammarco.

A discussão foi proposta pelo senador Esperidião Amin (PP/SC). Também participaram do debate José Ricardo Ramos Sales, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços; e Elisa Salomão Lage, do Departamento de Gás, Petróleo, Navegação e Descarbonização do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

NACIONAL - CONGRESSO DA ABDPM DISCUTE NOVO MARCO LEGAL PORTUÁRIO

Especialistas debatem novas regras para descarbonização, arrendamento e trabalho no setor em evento nos dias 22 e 23

Por **YOUSEFE SIPP** yousefe.sipp@redebene.com.br



Para encerrar a programação do Congresso, o ministro do Tribunal Regional do Trabalho Douglas Alencar Rodrigues apresentará sua visão sobre o novo marco legal regulatório. Foto: Divulgação

A Academia Brasileira de Direito Portuário e Marítimo (ABDPM) vai promover nos dias 22 e 23 deste mês um congresso para discutir o novo marco legal do setor e as possibilidades de atualização das últimas regras aprovadas pelo parlamento brasileiro em 2013.

O evento contará com uma série de painéis sobre os temas trabalhados pela Comissão de Juristas da Câmara dos Deputados (Ceportos) ao longo do ano, que se dedicou à elaboração do texto que propõe mudanças na exploração de portos e instalações portuárias. As sugestões serão avaliadas pelo Congresso Nacional após a apresentação final do relatório pelo presidente do colegiado, o desembargador Celso Peel.

A comissão, composta por 15 juristas, foi dividida em três comitês temáticos que propuseram a revisão de itens como desburocratização e simplificação nos processos de arrendamento, descarbonização dos portos e questões trabalhistas. Alguns dos temas serão debatidos por especialistas do setor público e privado durante o Congresso Nacional de Direito Portuário e Marítimo da ABDPM.

No primeiro dia (22), o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente da ABDPM, Guilherme Caputo Bastos, será o responsável por abrir o congresso. Em seguida, o vice-presidente administrativo da ABDPM, Marcelo Kanitz, conduzirá um debate voltado para os desafios e perspectivas do novo marco regulatório portuário.

A secretária-executiva do Ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori, participará da segunda discussão sobre a desburocratização e alavancagem de investimentos privados no setor portuário. Para encerrar a programação, o ministro do Tribunal Regional do Trabalho Douglas Alencar Rodrigues apresentará sua visão sobre o novo marco legal regulatório.

Já no segundo dia de evento, a programação começará com um primeiro painel que terá como tema “Desafios e Perspectivas do Trabalho Marítimo”. Tendo como responsável por abrir o debate, o ministro Evandro Valadão, do TST.

Em seguida, haverá a segunda discussão, abordando “O Futuro da Relação de Trabalho Portuário e Modelos de Gestão de Mão de Obra Portuária”, com a participação do ministro Breno Medeiros, também do Tribunal Superior do Trabalho.

Para finalizar o dia, será realizada uma conferência magna com a presença do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça e dos ministros do TST Guilherme Caputo Bastos e Alexandre Luiz Ramos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

REGIÃO NORDESTE - NAVIO RECORDISTA DE CONTÊINERES NO PANAMÁ FAZ ESCALA EM SUAPE

Com 17.640 TEU de capacidade, o MSC Marie segue seu percurso pelo Brasil, após operação no Pecém

Por **JÚNIOR BATISTA** junior.basta@redebnews.com.br



Com 366 metros de comprimento, o navio MSC Marie, de bandeira da Libéria, é um dos maiores a atracar no Brasil e tem capacidade para transportar 17.640 contêineres. Foto: Divulgação

O navio porta-contêineres MSC Marie, de bandeira da Libéria, atracou na tarde de terça-feira (15) no Porto de Suape (PE), após uma operação no cais do Pecém (CE), no fim de semana. Ele tem como destino o Porto de Salvador, de acordo com a Praticagem do Brasil. O navio veio da República Dominicana.

Esta é a quarta escala de um navio de 366 metros no Brasil desde que o País começou a receber cargueiros do tipo, neste ano. A embarcação tem capacidade para carregar 17.640 TEU (unidade de medida equivalente a um contêiner de 20 pés).

Segundo a Praticagem, o navio atracou no Pecém na última quinta-feira (10) e deixou o cais cearense no sábado, chegando ao Complexo de Suape, em Pernambuco, na tarde desta terça-feira (15). Foram utilizados quatro rebocadores na operação deste porta-contêineres, que movimentou 3.400 no Pecém.

O MSC Marie é um navio da classe Jiangsu 15000. Pertence ao armador canadense Seaspan, sediado em Vancouver (Canadá), e é afretado à MSC. O navio foi entregue à operação em fevereiro deste ano. No último mês de setembro, o cargueiro quebrou o recorde de maior embarcação de contêineres a cruzar o Canal do Panamá em 110 anos de operação. Com 366 metros de comprimento e 51 de largura, ele superou o recorde anterior do Ever Max, que tinha capacidade para 17.312 contêineres.

A travessia do MSC Marie, vinda do Porto de Manzanillo, no México, com destino ao Caribe panamenho, custou US\$ 1,36 milhão (mais de R\$ 6 milhões). Esse feito demonstra a capacidade do canal, ampliado em 2016, de lidar com navios modernos e maiores.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

REGIÃO SUL - DP WORLD AUMENTA PRESENÇA NO BRASIL COM ESCRITÓRIO EM ITAJAÍ

Novo espaço oferece serviços completos de logística e gerenciamento de carga, impulsionando exportações e importações na região

Da Redação redacao.jornal@redebeneuws.com.br



A DP World Brasil anunciou que planeja abrir escritórios de freight forwarding até o final deste ano para complementar os espaços já existentes em Santos e em São Paulo. Foto: Divulgação/DP World Brasil

A DP World anunciou a inauguração de um novo escritório de gerenciamento de carga (freight forwarding) em Itajaí, em Santa Catarina. Segundo a companhia, o novo espaço marca mais uma etapa da fase de expansão na América Latina, além de reforçar a conectividade local e incrementar a

capacidade de entrega de ponta a ponta na cadeia de suprimentos.

O novo escritório em Itajaí vai utilizar a rede global da DP World para auxiliar clientes no gerenciamento dos processos de carga, melhorando o controle, resiliência e eficiência na cadeia como um todo. A partir de agora, os clientes poderão concentrar em um único fornecedor todas as etapas do ciclo das cargas.

O escritório de freight forwarding oferece uma série de serviços, como frete marítimo por FCL (full container load) e LCL (less container load), frete aéreo, transporte doméstico rodoviário de contêiner, seguro internacional e desembaraço alfandegário.

“Nossa expertise única, que conta com uma robusta rede global de portos, terminais e logística, faz com que tenhamos todas as ferramentas para agilizar e simplificar os complexos ciclos de carga para os clientes. O novo escritório em Itajaí amplia a capacidade operacional e está alinhado com nossa missão de reforçar a operação nos negócios locais. Estamos focados em impulsionar as exportações de madeira, móveis e cerâmicas, enquanto melhoramos as importações de têxteis, peças automotivas e produtos finais para estimular o crescimento e desenvolvimento regional”, comentou Fábio Siccherino, CEO da DP World Brasil.

A companhia anunciou que planeja abrir escritórios de freight forwarding até o fim do ano para complementar os espaços já existentes em Santos e em São Paulo, ampliando ainda mais a presença da empresa no Brasil.

Desde meados de 2023, a DP World lançou mais de 150 novos escritórios de gerenciamento de carga globalmente, com 20 destes espaços localizados nas Américas. A expansão complementa as operações já existentes no Brasil, Chile, Colômbia, República Dominicana, Equador, Panamá, Peru e Suriname. A DP World planeja inaugurar outros 180 escritórios em todo o mundo, com espaços previstos nos Estados Unidos, Cidade do México e Buenos Aires, na Argentina.

“Esta é uma adição estratégica para a nossa rede em constante expansão na América Latina e nos permitirá atender cada vez melhor os nossos clientes ao oferecer soluções diretas de ponta a ponta, melhorando cada vez mais a eficiência e a confiança na cadeia de suprimentos como um todo. Nosso objetivo é garantir que os negócios em toda a região tenham acesso a uma plataforma logística totalmente integrada, que auxilie seu crescimento nos mercados locais e internacionais”, disse Terry Donohoe, vice-presidente sênior de Freight Forwarding da DP World para as Américas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 16/10/2024

REGIÃO SUL - TECON RIO GRANDE: MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS REGISTRA CRESCIMENTO DE 29%

Setembro foi o melhor mês da história do terminal, com alta de 45% em relação ao ano passado
Por Cássio Lyra cassio.lyra@redebene.com.br



Segundo a Wilson Sons, as exportações no Tecon Rio Grande cresceram neste ano 10%, impulsionadas principalmente pelo transporte de madeira, celulose e utensílios domésticos. Foto: Divulgação/Wilson Sons

A Wilson Sons anunciou que o Terminal de Contêineres (Tecon) Rio Grande, no Rio Grande do Sul, registrou crescimento de movimentação de cargas durante os nove primeiros meses de 2024. De janeiro a setembro, o terminal movimentou 616.581 TEU (unidade correspondente a um contêiner de 20 pés) e 351.983 contêineres, representando um aumento de 29% em relação ao

mesmo período de 2023.

A alta para o período ocorreu apesar do período das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul no mês de maio e afetaram as principais movimentações logísticas de cargas do estado.

Segundo divulgou a companhia, as exportações cresceram neste ano 10%, impulsionadas principalmente pelo transporte de madeira, celulose e utensílios domésticos. As importações também mostraram um desempenho sólido, com alta de 17%, especialmente no desembarque de resinas, partes e peças, e plásticos.

Já o setor de transbordo foi o que mais se destacou, registrando um crescimento impressionante de 335% ao longo do ano.

Segundo a Wilson Sons, o aumento do setor de transbordo foi impulsionado, em parte, pelo início das operações das linhas FIL (Far East-India-Latin America Service) do armador Hyundai Merchant Marine (HMM); e RBM (Rio Grande-Buenos Aires-Montevideo) do armador Bengal Tiger Line (BTL), responsáveis pela concentração de cargas na região do Prata, favorecendo a tendência de elevação nos volumes de transbordo de/para esta região.

O acordo com a HMM foi firmado no mês de abril e o início das operações ocorreu em maio, atendendo, principalmente, a região Sul do Brasil, bem como os portos da Argentina e Uruguai.

Setembro foi o melhor mês da história do Tecon Rio Grande, com 79.997 TEU e 45.140 contêineres movimentados, representando um crescimento de 45% comparado ao mesmo período de 2023. Além disso, os transbordos registraram um aumento expressivo de 498%, e as importações cresceram 32%.

Paulo Bertinetti, diretor-presidente do Tecon Rio Grande, destacou a importância de analisar os movimentos do mercado e as estratégias das empresas, afirmando que isso permite à companhia apresentar soluções inovadoras e oferecer um serviço completo e de alta qualidade. Ele ressaltou que essa abordagem foi fundamental para alcançar importantes resultados no período.

“Entre as novidades implementadas nos primeiros nove meses do ano, realizamos um robusto projeto de concentração de cargas para o qual firmamos importante parceria com a companhia marítima sul-coreana, HMM, e a operadora de feeder cingapuriana, BTL. Buscamos aprimorar a eficiência dos serviços prestados aos embarcadores do sul do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, estabelecendo um marco histórico para a logística marítima do Cone Sul”, comentou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

PORTO DE SANTOS - PF DEFLAGRA OPERAÇÃO QUE INVESTIGA TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS

Estão sendo cumpridos 12 mandados de busca e apreensão e cinco mandados de prisão preventiva
Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



A investigação começou em junho deste ano, após apreensão de 270 kg de cocaína que seriam enviados via complexo portuário. Foto: Arquivo

A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira, 16, a Operação Papyrus com apoio do BAEP da Polícia Militar, que visa investigar crimes de tráfico internacional de drogas e associação para o tráfico no

Porto de Santos.

A investigação começou em junho deste ano, após apreensão de 270 kg de cocaína que seriam enviados via complexo portuário.

Segundo a PF, os indícios colhidos na investigação demonstraram que os alvos da operação atuaram de forma associada para que ocorresse inserção da cocaína em contêineres destinados ao exterior, especialmente para a França.

De acordo com os agentes, os envolvidos retiravam cargas que estavam armazenadas no pátio de uma empresa de transporte em Cubatão e levavam ao pátio de um terminal retroportuário, em Guarujá. Lá, ocorria a abertura das portas dos contêineres para colocação da droga em meio à carga de papel destinada à exportação.

Além da apreensão feita em Santos, foi apurado no decorrer da investigação que o grupo criminoso pode ter atuado na contaminação de outros quatro contêineres, nos quais ocorreu apreensão de drogas no exterior. Com relação a estas ocorrências, estão em andamento medidas de cooperação policial internacional para obter informações com autoridades do local das apreensões.

Somadas, as apreensões de cocaína no Brasil e no exterior, pro meio do modus operandi citado, chegam a aproximadamente 1.300 kg. A operação Papyrus visa cumprir 12 mandados de busca e apreensão cinco mandados de prisão preventiva, decretados pela 5ª Vara Federal de Santos, envolvendo funcionários investigados de empresas de logística portuária.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

REGIÃO SUDESTE - SP DISCUTE PROJETOS DE TECNOLOGIA VERDE COM EMPRESÁRIOS ALEMÃES

Grupo se reuniu com o vice-governador Felício Ramuth e discutiu possibilidades de negócios no setor

Da Redação redacao.jornal@redebene.com.br



Reunião com empresários alemães da Baviera ocorreu no Palácio dos Bandeirantes (Foto: Divulgação/Governo de SP)

O Governo de São Paulo, representado pelo vice-governador Felício Ramuth, recebeu na última semana uma delegação de 20

empresários alemães da Baviera. No encontro, o grupo alemão demonstrou interesse em ampliar as relações bilaterais no Brasil, com foco em tecnologia verde.

Durante o encontro, Ramuth destacou o potencial do estado de São Paulo para liderar a transição energética no Brasil, ressaltando que o estado é o maior produtor de cana-de-açúcar, açúcar e etanol do mundo. Uma das iniciativas de destaque apresentadas foi o projeto inovador que transforma etanol em hidrogênio.

“Estamos implementando a primeira estação experimental de abastecimento de hidrogênio renovável a partir de etanol do mundo”, comentou o vice-governador.

A comitiva, liderada por Tobias Gotthardt, secretário de Estado do Ministério de Assuntos Econômicos, Desenvolvimento Regional e Energia da Baviera, demonstrou grande interesse no potencial de São Paulo nas áreas de transição energética.

“Esse primeiro contato foi muito importante e abre portas para parcerias promissoras, e reforça o compromisso de São Paulo em atrair investimentos que promovam a inovação e o crescimento sustentável”, concluiu Ramuth sobre possíveis negócios e futuras colaborações.

A reunião marcou um passo importante na aproximação entre São Paulo e a Baviera, alinhando esforços em prol da tecnologia verde e da economia sustentável, áreas de interesse mútuo para o desenvolvimento de soluções que impactem positivamente o meio ambiente e a economia global.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

REGIÃO SUDESTE - ACS ABRE INSCRIÇÕES PARA O IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL UNIVERSIDADE-EMPRESA

Com o tema Ciência e Diversidade para a Construção de Valor, evento busca aproximar universidades e empresas para discutir soluções, desafios e oportunidades visando o futuro da região

Da Redação redacao.jornal@redebenews.com.br



O seminário contará com palestras e mesas de diálogos com especialistas de renome, abordando temas de relevância para o cenário empresarial, como ESG, sustentabilidade, governança e inovação.
Foto: Divulgação/ACS

A Associação Comercial de Santos (ACS), por meio da Câmara de Instituições de Ensino, realizará

entre os dias 23 e 25 de outubro o IV Seminário Internacional Universidade-Empresa da Baixada Santista

Com o tema Ciência e Diversidade para a Construção de Valor, o evento busca aproximar universidades e empresas para discutir soluções, desafios e oportunidades visando o futuro da região.

O seminário contará com palestras e mesas de diálogos com especialistas de renome, abordando temas de relevância para o cenário empresarial, como ESG, sustentabilidade, governança e inovação. Além disso, atividades ocorrerão nas principais instituições de ensino superior da Baixada Santista, promovendo uma rica troca de conhecimento entre a academia e o mercado.

“A realização do IV Seminário Internacional é uma grande oportunidade para a nossa região. O tema Ciência e Diversidade para a Construção de Valor é extremamente relevante, pois visa fortalecer a conexão entre jovens universitários e empresas, fomentando inovação e preparando novas gerações

para os desafios futuros. Estamos certos de que o diálogo promovido aqui terá um impacto significativo tanto no desenvolvimento dos talentos quanto no avanço das empresas locais”, afirmou a Prof.^a Silvia Teixeira Penteado, Coordenadora da Câmara de Ensino da ACS.

As inscrições já estão abertas e podem ser feitas pelo link: bit.ly/seminarioUE2024.

A programação completa está disponível no site da Associação Comercial de Santos, no link: <https://acs.org.br/noticias/noticias-da-acs/iv-seminario-internacional-universidade-empresa-da-baixada-santista-programacao>

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

REGIÃO NORTE - HIDROVIAS DO BRASIL ENCERRA 1º EDIÇÃO DO PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO FEMININA

Projeto Tecer ofereceu 240 horas de capacitação técnica para 24 mulheres em Barcarena

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A Hidrovias do Brasil realizou, em 10 de outubro, a cerimônia de encerramento da primeira edição do Programa Tecer, em Barcarena (PA). Implementado na região da Fazendinha, a iniciativa leva capacitação e geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Foto: Divulgação

A Hidrovias do Brasil realizou, em 10 de outubro, a cerimônia de encerramento da primeira edição do Programa Tecer, em Barcarena (PA). Implementado na região da Fazendinha, a iniciativa leva capacitação e geração de renda para mulheres em situação de

vulnerabilidade social. O programa foi lançado em 2021 e já passou por outras localidades do norte do País.

Com o objetivo de promover o empreendedorismo feminino e fomentar a economia circular, o Tecer ofereceu 240 horas de capacitação técnica para 24 mulheres da comunidade. Ao longo da edição, foram produzidas 615 peças artesanais, que culminaram em duas exposições em duas feiras de artesanato local, na Praia da Fazendinha. A iniciativa é uma parceria entre a Hidrovias do Brasil, e o negócio sustentável LixoXiki, uma empresa social que trabalha com empoderamento feminino, moda sustentável e economia circular.

“É gratificante ver como esse programa transforma vidas e contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades onde operamos”, ressaltou Fabiana Gomes, diretora de Sustentabilidade na Hidrovias do Brasil.

O programa também incluiu oficinas sobre empreendedorismo, gestão de negócios e precificação de produtos, preparando as mulheres para criarem seus próprios empreendimentos. A iniciativa já passou por outras regiões do Pará, como Itaituba, onde mais de 70% das participantes conquistaram, segundo a empresa, uma fonte de renda com as habilidades adquiridas no curso.

“Acreditamos que o empoderamento feminino é uma força motriz para o crescimento sustentável. Ao oferecer essas oportunidades, criamos um ciclo de desenvolvimento que beneficia tanto as participantes quanto a comunidade”, acrescentou Fabiana.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 16/10/2024

OPINIÃO – FINANÇAS - A IMPORTÂNCIA DO HEDGE CAMBIAL EM MEIO ÀS ELEIÇÕES NOS EUA



DÉBORA TOLEDO

Especialista em investimentos e comentarista do BE News 19h

opinio@portalbenews.com.br



Com a aproximação das eleições nos Estados Unidos, empresas brasileiras que atuam nos setores de exportação, importação e infraestrutura precisam ficar atentas à volatilidade cambial. O dólar costuma ser muito impactado por incertezas políticas e econômicas globais, e a corrida presidencial entre Kamala Harris e Donald Trump está elevando a expectativa de oscilações na taxa de câmbio, o que pode interferir diretamente nos negócios dessas empresas. No Brasil, o real já sofreu uma desvalorização significativa em 2024, com uma queda de cerca de 15% frente ao dólar, o que torna ainda mais urgente a necessidade de proteção cambial.

Nesse contexto, o hedge cambial surge como uma ferramenta essencial para as empresas. Funciona como uma espécie de “escudo” contra variações no câmbio, permitindo que a empresa assegure uma taxa fixa para suas transações futuras, protegendo-se de flutuações inesperadas. Sem essa proteção, importadoras podem ver seus custos aumentarem drasticamente, enquanto as exportadoras podem ter suas receitas afetadas caso o dólar se desvalorize repentinamente após as eleições. O momento ideal para agir é agora, já que o mercado tende a reagir de maneira mais intensa em momentos de incerteza política.

As eleições americanas sempre trazem impactos significativos no dólar, e o Brasil, sendo uma economia emergente com forte dependência do comércio exterior, sente esses efeitos diretamente. Em 2016, por exemplo, após a eleição de Donald Trump, a volatilidade no câmbio foi intensa, com o dólar flutuando de maneira imprevisível nas semanas seguintes. O cenário de 2024 é semelhante, e as empresas que se anteciparem a esses riscos, utilizando contratos de hedge como futuros e swaps, estarão em uma posição melhor para manter a estabilidade de seu fluxo de caixa.

Além das eleições, outros fatores globais como a desaceleração econômica, o aumento dos juros nos Estados Unidos e a instabilidade nas relações comerciais entre as grandes economias do mundo também pressionam o câmbio. Aguardar por mais clareza antes de tomar uma decisão pode ser arriscado, já que os períodos de alta volatilidade costumam elevar o custo de proteção. Isso significa que, quanto mais tempo as empresas demorarem para agir, mais caro pode ficar o hedge.

Por isso, reforçar as estratégias de hedge cambial é fundamental para as empresas brasileiras neste momento. Garantir previsibilidade nos custos e margens é um diferencial importante, especialmente em setores como infraestrutura e comércio exterior, onde os contratos de longo prazo e as margens de lucro mais apertadas são comuns. Com as eleições americanas de 2024 trazendo incertezas para o valor do dólar, estar preparado com uma estratégia de hedge eficaz é uma decisão estratégica crucial para garantir a estabilidade e a sustentabilidade dos negócios no futuro.

- O HEDGE CAMBIAL SURGE COMO UMA FERRAMENTA ESSENCIAL PARA AS EMPRESAS. FUNCIONA COMO UMA ESPÉCIE DE “ESCUDO” CONTRA VARIAÇÕES NO CÂMBIO, PERMITINDO QUE A EMPRESA ASSEGURE UMA TAXA FIXA PARA SUAS TRANSAÇÕES FUTURAS, PROTEGENDO-SE DE FLUTUAÇÕES INESPERADAS. SEM ESSA PROTEÇÃO, IMPORTADORAS PODEM VER SEUS CUSTOS AUMENTAREM DRASTICAMENTE, ENQUANTO AS EXPORTADORAS PODEM TER SUAS RECEITAS AFETADAS CASO O DÓLAR SE DESVALORIZE REPENTINAMENTE

APÓS AS ELEIÇÕES. O MOMENTO IDEAL PARA AGIR É AGORA, JÁ QUE O MERCADO TENDE A REAGIR DE MANEIRA MAIS INTENSA EM MOMENTOS DE INCERTEZA POLÍTICA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/10/2024

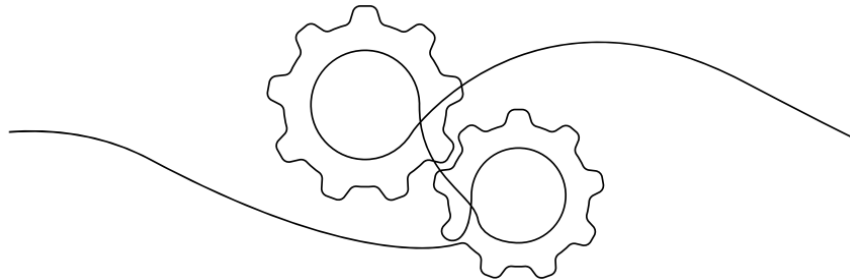
OPINIÃO – INFRAESTRUTURA - CHINA: O CHÃO DE FÁBRICA DO MUNDO



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opinioao@portalbenews.com.br



Peter S. Goodman, em seu livro “Como o mundo ficou sem tudo” (“How the world ran out everything”, ainda sem tradução, publicado este ano, com uma deda análise sobre as cadeias de suprimento globais), relata como a China se tornou uma espécie de chão de fábrica do mundo. Seu texto é revelador ao analisar a construção dos fluxos globais de capital, de produção e de logística, entre o Ocidente e a Ásia, a partir da perspectiva histórica e prática dos fluxos de valor, com deda investigação histórica e contemporânea em cada elo desta complexa estrutura até os mercados, a partir do que aconteceu durante a pandemia.

Quando se traça um paralelo com as antigas e novas rotas da seda, analisadas por Peter Frankopan, fica evidente uma construção de longo prazo da China em relação aos fluxos de produtos e de geopolítica. O entendimento destas dimensões ganha uma relevância em qualquer dos mercados em que exista competição ou relação com a China. Não podemos ficar desatentos para estes movimentos globais. Na construção de valor com o pouco capital que juntamos como sociedade, podemos fazer a transição para o serviço ou seremos “rebaixados” para a agricultura. Neste contexto, o Brasil não pode renunciar à sua indústria.

O melhor é que mantenhamos a nossa competitividade mineral e agrícola, somando e ampliando a indústria de transformação, assumindo um papel nos serviços, que ainda está timidamente posicionado, com idas e vindas, em especial no setor da construção civil. Em um ambiente nacional, onde ressurgue o interesse pela indústria, com uma nova política industrial, é importante robustecer as ações do setor industrial, afinal “não é só uma blusinha”. Precisamos despertar e enfrentar a invasão das mega plataformas tecnológicas que fazem sua atuação sem tributos, usando pequenos vácuos legais, lobbys, dumping e subfaturamento.

A indústria nacional e as instituições que lidam com sua competitividade precisam começar a se inspirar nas ações que tiraram mais de 400 milhões de chineses da pobreza para fazer o mesmo por aqui. Os EUA, desde o governo Clinton, quando acomodou a China na Organização Mundial do Comércio, moveu para lá grande parte das fontes de fornecimento de seu comércio. Por exemplo, o Wall Mart, com seu banco de dados de fornecedores com mais de seis mil fábricas, tinha, em 2003, cerca de 80% delas na China.

Segundo Peter Goodman a loucura desta concentração foi revelada na pandemia. Por aqui, começamos agora, timidamente, a despertar desta condição, com a invasão das plataformas digitais em todos os setores, ao ver nosso varejo de eletrônicos, livros e roupas sucumbirem à pressão digital das plataformas estrangeiras, que possuem tipicamente nomes norte-americanos, como

Amazon, Google, Microsoft, Netflix ou Spotify, seguida mais recentemente das plataformas chinesas, como o AliExpress, Shein ou TikTok.

Devemos reconsiderar a produção de soja sem impostos, que, por exemplo, alimentarão porcos chineses, que, por sua vez, servirão de alimento para os trabalhadores que farão roupas para nos exportarem sem impostos de importação? Ou encontraremos um jeito de entrar no jogo global ganhando algo? O posicionamento brasileiro de proteção e expansão da indústria nacional, com uma competitividade justa, com impostos semelhantes e não com o subsídio continuado para os estrangeiros é a saída. Contudo, precisamos despertar que não é só uma blusinha ou um telefoninho: por trás de cada transação, há empregos, impostos, cadeias de suprimento e de lucro muito bem estruturadas.

-QUANDO SE TRAÇA UM PARALELO COM AS ANTIGAS E NOVAS ROTAS DA SEDA, ANALISADAS POR PETER FRANKOPAN, FICA EVIDENTE UMA CONSTRUÇÃO DE LONGO PRAZO DA CHINA EM RELAÇÃO AOS FLUXOS DE PRODUTOS E DE GEOPOLÍTICA. O ENTENDIMENTO DESTAS DIMENSÕES GANHA UMA RELEVÂNCIA EM QUALQUER DOS MERCADOS EM QUE EXISTA COMPETIÇÃO OU RELAÇÃO COM A CHINA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 16/10/2024



JORNAL O GLOBO – RJ

EM ENCONTRO COM LULA, BANQUEIROS TENTAM DAR EMPURRÃO A PLANO DE HADDAD PARA CONTER DESPESAS; LEIA OS BASTIDORES

Presidente do Conselho de Administração do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi diz ver caminho para retomada de grau de investimento

Por Renata Agostini — Brasília



Lula cumprimenta a empresária Lucília Diniz e Luiz Carlos Trabuco, presidente do conselho de administração do Bradesco, durante encontro realizado pelo grupo Esfera Brasil em São Paulo — Foto: Arquivo pessoal

Sentados frente ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, alguns dos principais banqueiros do país tentaram dar um empurrão ao plano de contenção de despesas que Fernando Haddad quer colocar de pé. O ministro da Fazenda movimentou-se para obter aval a um pacote de medidas que busque frear a expansão dos gastos públicos. Reunidos no Palácio do Planalto na manhã de hoje, representantes de grandes bancos aproveitaram a oportunidade para reforçar que a iniciativa terá respaldo do mercado.

Cada um dos seis executivos teve tempo para uma breve explanação. A linha geral foi de apoio a Haddad e à ministra do Planejamento, Simone Tebet. Ouviram de Lula que o governo não abre mão do equilíbrio fiscal, de acordo com um dos presentes.

O presidente do conselho de Administração do Bradesco e do Conselho Diretor da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Luiz Carlos Trabuco Cappi, disse que o setor apoia “plenamente” o que chamou de “plano de estabilidade fiscal” da equipe econômica. Segundo ele, a medida será capaz de construir um caminho para o país retomar o grau de investimento pelas agências de risco.

- Essa jornada será responsável pelo ajuste da curva dos preços de juros, dólar e bolsa, que estão fora de lugar - disse Trabuco ao GLOBO após a reunião com Lula.

Haddad vem usando a possibilidade de o país reconquistar o grau de investimento como uma das formas de convencer Lula a apoiar medidas ambiciosas de redução de despesas.

No encontro, Trabuco reforçou a ideia de que se trata de rota possível caso ajustes sejam feitos. Segundo ele, investidores internacionais estão com uma visão mais positiva sobre o país do que os analistas locais, o que pode beneficiar o Brasil na busca por investimentos. Isso, claro, se for concretizado o esforço para garantir crescimento econômico com estabilidade fiscal.

- Conhecemos a realidade brasileira e a desigualdade não nos interessa, apoiamos e reconhecemos o esforço em dar oportunidades para que as pessoas superem a pobreza e os bloqueios que impedem sua ascensão social. Essa caminhada consistente em busca do grau de investimento abrirá um ciclo virtuoso para a solidez da economia e a normalização política - afirmou o banqueiro.

O encontro dos banqueiros com Lula era um pedido antigo da Febraban, mas somente ontem houve confirmação de que a reunião ocorreria. Estiveram com o petista, o presidente da entidade, Isaac Sidney, além de Marcelo Noronha, presidente do Bradesco; Milton Maluhy, presidente do Itaú Unibanco; Mário Leão, presidente do Santander; André Esteves, presidente do Conselho de Administração do BTG Pactual, e Trabuco. Os ministros Fernando Haddad e Alexandre Padilha (Relações Institucionais) também participaram.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/10/2024

SECA DECORRENTE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS FAZ TRÁFEGO CAIR 29% NO CANAL DO PANAMÁ

Estima-se que 5% do tráfego marítimo global passe pela região

Por AFP — Cidade do Panamá



Navio de carga atravessa o Canal do Panamá: em um ano normal, 13.000 navios passam pelo canal, mas o tráfego tem estado a um ritmo anual de 10 desde outubro passado, quando o país viveu uma crise hídrica — Foto: Federico Rios/The New York Times

O tráfego no Canal do Panamá caiu 29% no ano passado devido a uma seca severa ligada às mudanças climáticas, informou a operadora do canal nesta terça-feira à noite. O volume de carga transportada pelo canal, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico, caiu 17% em um ano, para 423 milhões de toneladas, acrescentou a autoridade do canal do país da América Central. Não foram divulgados números de receita para o ano.

Ao contrário do Canal de Suez, o Canal do Panamá é um canal de água doce alimentado por dois reservatórios. No ano passado, a região foi atingida pela sua pior seca em décadas, em parte alimentada pelo fenômeno El Niño, que causa aquecimento dos oceanos e faz com que os níveis dos reservatórios caiam.

Diante da escassez de água, a autoridade do canal reduziu o número de navios que podiam cruzar o canal diariamente de 38 para 22. A situação melhorou desde o início da estação chuvosa em maio.

Estima-se que 5% do tráfego marítimo global passa pelo Canal do Panamá, construído pelos Estados Unidos entre 1904 e 1914 para permitir que navios que viajam entre a Ásia e a costa leste dos Estados Unidos evitassem a longa e perigosa rota ao redor do extremo sul da América do Sul.

A autoridade do canal espera que os negócios se recuperem em 2025. A empresa prevê receitas recordes de 5,62 bilhões de dólares para o próximo ano, com base em 13.900 navios transportando 520 milhões de toneladas de mercadorias.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/10/2024

TCU OBRIGA ENEL A ABRIR CENTRO DE COMANDO À ANEEL, AO GOVERNO DE SP E A MUNICÍPIOS

Objetivo da medida é garantir que serviços possam ser monitorados com maior celeridade

Por Rafael Moraes Moura — Brasília



Galho de árvore cai em fiação de energia em São Paulo; chuvas deixaram 2,1 milhões sem luz — Foto: Edilson Dantas/O Globo

Por unanimidade, o Tribunal de Contas da União (TCU) determinou nesta quarta-feira (16) que a companhia italiana Enel, distribuidora de energia de São Paulo, compartilhe informações de seu centro de controle – em tempo real – com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arseps), o governo de São Paulo e os 17 municípios afetados

da região.

A Enel deixou mais de 2 milhões de clientes sem energia elétrica após o temporal que atingiu São Paulo no último fim de semana. Responsável pelo processo de fiscalização da Aneel e do Ministério de Minas e Energia na concessão da Enel, o ministro Augusto Nardes considerou a situação “muito grave”, “preocupante” e “dramática”.

“Sinto que não tem eficiência e eficácia da empresa. Não há por parte da empresa um posicionamento de boa governança, especialmente na prevenção, que é o tema mais importante quando acontecem eventos como o que aconteceu”, afirmou Nardes na sessão do TCU. “Dentro desse contexto, em 12 meses já houve três eventos como esse e não houve as providências necessárias.”

A decisão do TCU atende a um pedido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) e prefeitos do Estado.

Na última terça-feira (15) Nardes se reuniu com Freitas, com o prefeito de São Paulo e candidato à reeleição, Ricardo Nunes (MDB), e 16 prefeitos da região metropolitana que também ficaram sem luz ao longo dos últimos dias e formalizaram uma carta ao TCU com uma série de pedidos.

Em seu voto, Nardes frisou que “é dever da concessionária”, encarregada da prestação de um serviço público, compartilhar as informações de seu controle operacional em tempo real com a Aneel, a Arseps, o governo de São Paulo e os municípios afetados “para que esses serviços possam ser continuamente monitorados com maior celeridade, ampliando a articulação dos agentes públicos envolvidos com o atendimento dos usuários”.

“Porém, conforme informações coletadas na reunião com o governador e prefeitos, isso não está sendo feito. Portanto, cabe determinação cautelar nesse sentido”, frisou o ministro no voto.

O objetivo da medida é garantir que os serviços da companhia possam ser monitorados – e que os momentos de crise no fornecimento de energia possam ser fiscalizados com maior agilidade.

“As consequências dessa falta de energia por longo período se mostram gravíssimas em face de prejuízos vultosos: perda de alimentos, medicações e vacinas, cancelamentos de reservas em hotéis e restaurantes são apenas alguns exemplos. Vale lembrar que a ausência de energia prejudica também o fornecimento de água para a população em virtude da dificuldade do bombeamento feito pela Sabesp”, observou Nardes em seu voto.

“Estamos ainda no início do período chuvoso e tivemos elevados prejuízos para a maior parte dos cidadãos paulistas. Qual será o cenário se novos eventos similares ocorrerem nas próximas semanas?”, questionou.

Entre os problemas identificados pelo TCU estão a falta de mecanismos na concessionária que possam prever catástrofes naturais com agilidade e a lentidão em solucionar esse tipo de problema diante da “insuficiência de funcionários”. O TCU também aponta “baixa governança” do Ministério de Minas e Energia e da Aneel para o acompanhamento do tema.

Recuo do relator

Na última terça-feira (15), Nardes disse que há condições para uma intervenção do governo federal na empresa, mas frisou que a decisão de indicar um interventor caberia ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O ministro acabou recuando de um ponto do seu voto original, que determinava que o Ministério de Minas e Energia e a Aneel avaliassem “a adoção de medidas mais severas, como a necessidade de intervenção ou a declaração de caducidade da concessão”. Esse trecho saiu da versão analisada pelo plenário.

“O TCU se recusou a ser arrastado para a disputa eleitoral. Podemos até concluir no final que o MME tem responsabilidade, mas não neste momento, sem qualquer análise técnica que ampare essa conclusão”, afirmou um integrante do TCU ouvido reservadamente pela equipe da coluna.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/10/2024

EM REUNIÃO, LULA FOI ASSERTIVO SOBRE EQUILÍBRIO FISCAL E SE MOSTROU 'ABERTO AO DIÁLOGO' COM BANCOS, DIZ LÍDER DA FEBRABAN

Presidente da República se reuniu com representantes das principais instituições financeiras do país no Palácio do Planalto

Por Thaís Barcellos e Alice Cravo — Brasília



O presidente Lula e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em evento no Palácio do Planalto — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/11-09-2024

Representantes dos maiores bancos do país levaram hoje ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva preocupações com o endividamento das famílias causados por abusos de jogos online e o cenário fiscal do país. A informação foi dada após o encontro, no Palácio do Planalto, pelo presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney.

Segundo o executivo, na reunião com o presidente foi anunciada a criação de um grupo de trabalho para discutir os juros altos no Brasil.

No encontro, segundo Sidney, Lula reiterou seu compromisso em manter o equilíbrio nas contas públicas e se mostrou aberto a manter interlocução direta com os representantes do setor financeiro do país. Foi a primeira vez em seu terceiro mandato que o presidente recebeu representantes de tantos bancos para uma reunião. Estavam presentes líderes de instituições financeiras como Bradesco, Itaú Unibanco, BTG Pactual e Safra, além do presidente da Febraban.

--- Lula nos disse com muita assertividade que não haverá espaço para erros do lado do governo para que a economia continue crescendo de forma equilibrada, com equilíbrio fiscal — disse Sidney, em entrevista no Planalto após a reunião.



O presidente da Febraban ainda afirmou que foi destacado a Lula que é importante afastar "ruídos e incertezas" e que é preciso aproveitar o bom momento da economia, com crescimento da atividade e inflação controlada, para atacar os problemas do país.

--- Percebemos por parte do presidente, do ministro Haddad, e do ministro Padilha que há um firme compromisso do governo em avançar na busca efetiva do equilíbrio fiscal, para que as despesas possam não só caber dentro do orçamento, mas para que possam se equilibrar --- completou o presidente da Febraban.

Também presente ao encontro, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que, com a retomada dos trabalhos no Congresso após o segundo turno das eleições municipais, o governo terá dois meses para endereçar temas importantes para "fechar o ciclo de debates sobre o arcabouço fiscal".

--- O arcabouço está desenhado, mas as pessoas têm uma preocupação sobre a dinâmica futura. Nós também estamos preocupados com isso e vamos submeter ao presidente o desenho que achamos melhor para o país --- disse Haddad.

O Ministério da Fazenda quer anunciar medidas estruturais para contenção do crescimento de despesas obrigatórias após o fim das eleições municipais. Dentre os temas na mesa, estão o fim dos supersalários no funcionalismo, mudanças no abono salarial, no seguro-desemprego e na regras do Benefício de Prestação Continuada.

O ministro disse que não gosta da expressão "revisão de gastos", mas que o objetivo do governo é fazer com que o arcabouço tenha "vida longa".

--- Não pode ser algo que tenha 2, 3 anos de sustentabilidade, como foi com o teto de gastos.

Segundo ele, não é para garantir a desproteção das áreas estratégicas, como saúde e educação, mas para permitir que a despesa cresça de acordo com "a realidade econômica do país.

--- Tem espaço para que a despesa cresça um pouco menos, mas também acompanhe o desenvolvimento do país e cresça em um padrão e ritmo condizente com a nossa realidade econômica.

Juros

Além disso, na reunião, a Febraban levou a Lula um pleito de criar um grupo de trabalho dentro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável para discutir as razões por trás dos juros altos no Brasil.

Segundo o ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o presidente autorizou a criação do grupo, o que deve acontecer ainda este mês, possivelmente na semana que vem, com a previsão de durar até fevereiro.

--- Mas queremos fazer anúncios no meio do caminho --- disse, citando uma reunião do Conselho, como é conhecido, em dezembro.

Sidney afirmou que, aos bancos, não interessa ter juros elevados, e sim ter taxas mais baixas, para democratizar o acesso ao crédito no país.

--- Quanto mais altos forem os juros bancários, maiores o risco de crédito e a inadimplência. Queremos um ambiente de crédito sadio, que possam garantir condições mais favorecidas de crédito para famílias e as empresas. Os bancos não buscam taxas de juros maiores. Existe uma narrativa de que nós defendemos juros altos. Isso não procede. Ansiamos que o BC possa, assim que possível, reiniciar ciclo de queda de juros.

Bets

Outro tema discutido, segundo Sidney, foi as formas de reduzir os impactos negativos do vício em apostas impulsionado pela entrada de bets no mercado brasileiro. Segundo ele, há uma preocupação do setor sobre o impacto no endividamento das famílias. Na semana passada, passou a vigorar novas regras impostas pelo governo para o funcionamento de sites que exploram a atividade.

— Pedimos que fosse constituído um grupo de trabalho sobre bets com o setor bancário e o setor produtivo, porque há implicações na economia, queremos aprofundar esse tema — afirmou Sidney.

A lista de presentes na reunião com Lula incluiu além dos ministros e de Isaac Sidney, Luiz Trabuco, presidente do Conselho Diretor da Febraban; Marcelo Noronha, presidente do Bradesco; Milton Maluhy, presidente do Itaú Unibanco; Mário Leão, presidente do Santander; e André Esteves, presidente do Conselho de Administração do BTG Pactual.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/10/2024

SABE O QUE VAI IMPULSIONAR A DEMANDA DE ELETRICIDADE NAS PRÓXIMAS DÉCADAS? ACREDITE, O USO DO AR-CONDICIONADO

Com altas temperaturas e aumento da renda, Agência Internacional de Energia prevê que uso de eletricidade para resfriar residências será o triplo da demanda adicional de centros de dados

Por O Globo, com agências internacionais — Rio de Janeiro

O aumento do uso de ar-condicionado será um dos grandes impulsionadores do consumo de eletricidade no mundo nas próximas décadas, aponta a Agência Internacional de Energia (AIE), em seu principal relatório "World Energy Outlook", publicado nesta quarta-feira. Segundo a agência, o uso de energia para resfriar ambientes domésticos deve aumentar 280% até 2050. Resultado de temperaturas cada vez mais elevadas e do aumento da renda.

Esse salto na demanda por eletricidade representaria 14% da necessidade total de energia em edifícios até 2050, em comparação com menos de 7% atualmente. Será um volume maior do que o consumo de eletricidade de todo o Oriente Médio nos dias de hoje.

De acordo com o relatório, o ar-condicionado precisará de 697 terawatts-hora extras de eletricidade até 2030, mais de três vezes a demanda adicional de centros de dados de computadores. Veículos elétricos, por sua vez, precisarão de 854 TWh extras, de acordo com a AIE.

Os pesquisadores da AIE, organização dedicada a garantir a segurança energética global, apontaram que a melhoria da renda no mundo em desenvolvimento e temperaturas mais altas devido às mudanças climáticas é que levarão a essa mudança no padrão do consumo.

Em um cenário em que os governos cumprem integralmente suas promessas relacionadas ao clima, o aumento do consumo de energia para ar-condicionado seria um pouco menor, mas ainda grande: alta de quase 200% até 2050.

Um Japão a mais por ano

Em contraste, apontou a agência, o consumo de energia dos data centers, embora esteja aumentando, terá um impacto menor nas redes elétricas. De acordo com o relatório, existem mais de 11.000 centros de dados registrados em todo o mundo, que costumam estar concentrados em determinadas áreas. Os efeitos locais nos mercados de eletricidade serão substanciais.

"No entanto, em nível global, os centros de dados representam uma parcela relativamente pequena do crescimento geral da demanda de eletricidade até 2030", acrescentou o documento.

A previsão da AIE para os próximos dez anos foi revisada: o uso de eletricidade em 2035 será 6% maior do que o previsto no ano passado.

A AIE afirmou que a demanda global por eletricidade está crescendo a uma taxa anual de 1.000 TWh, o equivalente a adicionar outro Japão ao consumo de eletricidade a cada ano.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 16/10/2024

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

GOVERNO QUER RETIRAR ESTATAIS DO ORÇAMENTO E CRÍTICOS FALAM EM POSSIBILIDADE DE MANOBRA FISCAL

Empresas que hoje dependem do Tesouro Nacional poderão sair da contabilidade tradicional, abrindo espaço para novos gastos; governo defende projeto e diz que mudança melhora situação fiscal

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA – O governo quer retirar estatais do Orçamento convencional da União. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou dois projetos para o Congresso que afrouxam as regras para que empresas públicas saiam da contabilidade tradicional e passem a gastar como instituições independentes, mesmo que ainda dependam de dinheiro do Tesouro Nacional. Se as propostas avançarem, o controle dos gastos dessas estatais vai ficar mais difícil, de acordo com especialistas. Ao mesmo tempo, sua retirada do Orçamento abre espaço para novos gastos, o que poderia configurar mais um drible no arcabouço fiscal.

O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, que cuida das estatais federais, afirmou, porém, que o governo propôs a mudança para que as empresas recuperem sua sustentabilidade e não precisem mais de recursos da União no médio prazo. O Ministério do Planejamento e Orçamento, que assina a proposta, disse que a mudança melhora a situação fiscal das contas públicas, pois hoje os recursos próprios dessas estatais também acabam entrando no Orçamento e concorrem com outros gastos da administração.



O presidente Lula, durante reunião no Palácio do Planalto, em 3 de outubro Foto: Wilton Junior/Estadão

Atualmente, 17 empresas estatais são consideradas dependentes, ou seja, precisam de recursos do Tesouro Nacional para manter suas atividades. Entre elas estão a Telebras, responsável por levar internet para órgãos públicos, a Infra S/A, que cuida de projetos de infraestrutura, a Conab, encarregada de abastecimento e distribuição de alimentos, a Embrapa, de pesquisa agropecuária, e a Codevasf, que faz obras nos vales do Rio São Francisco e do Parnaíba.

Os projetos enviados pelo governo mudam as regras para que essas empresas saiam dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, onde estão os gastos que se submetem aos limites fiscais, e façam parte do Orçamento de Investimento, onde estão as estatais independentes, como a Petrobras.

São dois projetos, um para mexer nas regras do Orçamento em 2024 e outro para mudar as regras do Orçamento de 2025. As propostas foram assinadas pela ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e enviadas pelo presidente Lula ao Congresso em 4 de outubro. Ainda não há previsão de votação.

As estatais dependentes têm um orçamento aproximado de R\$ 39 bilhões neste ano, dos quais R\$ 1,7 bilhão (menos de 5%) bilhão vem de arrecadação própria das empresas. O restante é bancado

por recursos diretos do Tesouro Nacional. Tudo entra no Orçamento convencional da União. As despesas precisam respeitar o teto de gastos do arcabouço fiscal e estão sujeitas ao congelamento de despesas necessário para cumprir as regras fiscais, com exceção dos hospitais universitários federais, que receberam uma exceção do arcabouço. Com a mudança, apenas o dinheiro do Tesouro respeitaria os limites.

Atualmente, as estatais podem virar independentes desde que apresentem um plano de sustentabilidade econômica e financeira, não tenham recebido recursos do Tesouro para pagamento de despesas com pessoal e de custeio em geral e que a arrecadação própria seja suficiente para cobrir 80% desses gastos. Além disso, o Orçamento ainda passa pela contabilidade tradicional durante a transição, até a aprovação do plano. Os projetos do governo excluem essas exigências.

O Executivo propõe que isso poderia mudar com a assinatura de um contrato de gestão para a empresa, abrindo a possibilidade de a despesa sair do Orçamento convencional ainda na fase de transição da estatal (de dependente para não dependente), o que não acontece hoje. O contrato de gestão, segundo os projetos, deverá delimitar os objetivos e as metas de desempenho para que as estatais adquiram sustentabilidade econômica e financeira. O salário dos empregados, nesse período, ainda terá de respeitar o teto constitucional do funcionalismo público, que equivale à remuneração de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) — atualmente R\$ 44.008,52 mensais.

Problema da proposta é burlar teto de gastos e controle público, diz especialista

O contrato de gestão é previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e na Constituição para ampliar a autonomia, a eficiência e a sustentabilidade de empresas públicas, mas não deveria ser interpretado para tirar estatais do Orçamento tradicional, de acordo com a especialista em Finanças Públicas e presidente da Associação da Auditoria de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (AudTCU), Lucieni Pereira.

“O problema é passar a ideia de que você pode burlar o teto de gastos, o limite de despesas com pessoal, o limite de dívida pública e todos os controles públicos só fazendo um contrato de gestão e dizendo que não é mais dependente. O conceito de empresa dependente não permite essa ideia. É uma irresponsabilidade”, afirma Lucieni.

A especialista aponta que, com a proposta, há risco de qualquer órgão do governo federal ir para o mesmo caminho, querer declarar independência e sair do Orçamento, mesmo dependendo de recursos do Tesouro. Além disso, Estados e municípios poderiam “copiar” a ideia para tirar empresas estaduais de seus orçamentos, desviar dos limites de despesas e comprometer ainda mais as contas locais, aumentando a pressão por socorros e garantias da União. “Se o governo quer sepultar o teto de gastos de uma vez por todas, é só trilhar esse caminho”, diz a especialista.

A economista Selene Peres Peres Nunes, uma das autoras da LRF, também diz que o governo não pode usar o contrato de gestão previsto na lei para tirar as empresas do Orçamento. “O governo não quer atacar os problemas reais de gestão das estatais e fica querendo resolver as coisas com contabilidade criativa. O governo não pode colocar ou tirar da conta ao seu bel-prazer.”

De acordo com Selene, o Poder Executivo precisa colocar todo o orçamento de estatais dependentes nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, submetidos às regras fiscais, não apenas o dinheiro que é colocado pelo Tesouro, e não pode usar o projeto para mudar essas limitações. “Se o governo precisa fazer aporte para custeio das empresas, ela fica dependente e isso não tem a ver com contrato de gestão. Não dá para tirar do Orçamento.”

Consultoria do Senado aponta risco de despesas escaparem de limites

A tentativa do governo acendeu um sinal de alerta no Congresso Nacional. Há duas preocupações centrais. A primeira envolve transparência, pois os projetos abrem margem para as despesas das estatais não serem contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), que registra todas as movimentações financeiras da União. O segundo impacto é fiscal, pois o que sair do Orçamento abriria espaço para outros gastos.

A deputada Adriana Ventura (Novo-SP) elaborou um requerimento para o Ministério do Planejamento pedindo esclarecimentos e cálculo de impacto dos projetos sobre o arcabouço fiscal. “As mudanças levantam sérias preocupações sobre a transparência e o controle dos gastos públicos. Ao retirar as estatais dependentes do orçamento fiscal, o Governo não só abre espaço para mais despesas, como dificulta o acompanhamento do uso desses recursos”, disse a parlamentar ao Estadão.

A Consultoria de Orçamento do Senado apontou que o projeto não apresentou justificativa para a mudança no instrumento e concluiu que o texto permite que a empresa estatal dependente execute suas despesas como se fosse não dependente, escapando de restrições como o congelamento de gastos e a obrigação de registrar as despesas no Siafi.

A área técnica do Senado também concluiu que a proposta é omissa sobre se as despesas das estatais custeadas com receitas próprias vão ser submetidas ou não às restrições do Orçamento.

“Em tese, o contrato de gestão permitirá que a empresa estatal dependente execute suas despesas como se fosse não dependente, escapando de restrições como o contingenciamento e, segundo a redação proposta para o art. 6º, a obrigação de registrar as despesas no Siafi”, diz a nota técnica.

Outro apontamento é que o projeto busca alterações na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não permitidas pela legislação. “A LDO não pode excluir despesas primárias da apuração da meta de resultado primário do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.”

Governo diz que projeto terá impacto positivo no Orçamento

O governo defende a proposta como alternativa para que estatais não dependam mais de recursos da União. “O governo federal propôs mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias para que empresas estatais que hoje se encontram na condição de dependência tenham uma alternativa para recuperar sua sustentabilidade financeira, gerar receitas próprias e não precisar mais, no médio prazo, de recursos da União para o custeio de suas atividades”, afirmou o Ministério da Gestão ao Estadão.

A pasta disse que as regras atuais impedem que as estatais conquistem as condições para deixarem de depender de recursos do Tesouro Nacional no custeio de suas atividades.

O Ministério do Planejamento e Orçamento, por sua vez, declarou que a proposta melhora as contas públicas porque hoje as despesas das estatais, até aquelas que são bancadas com recursos próprios das empresas, concorrem com gastos de outros órgãos da administração pública no mesmo espaço do Orçamento. “Trata-se de proposta destinada a reduzir os repasses de recursos da União para empresas estatais dependentes, e, desse modo, melhorar a situação fiscal”, afirmou a pasta.

O Planejamento argumentou que, no novo modelo, os gastos continuarão transparentes com o acompanhamento no Siop (Sistema de Planejamento e Orçamento) e a publicação de relatórios bimestrais de execução. Sobre os apontamentos da Consultoria do Senado, a pasta afirmou que o contrato de gestão não configura desconto de despesa da meta de resultado primário. Além disso, não só a despesa, mas também a receita passará a ser registrada no Orçamento de Investimento, onde estão as estatais.

A pasta comandada pela ministra Simone Tebet afirmou ainda que a legislação autoriza a compensação entre a meta fiscal e a meta do Programa de Dispêndios Globais (PDG), ao qual as empresas estatais são submetidas. Como se trata de proposta em discussão no Congresso Nacional e que dependeria de regulamentação e análise dos contratos, o ministério afirmou que não há como antecipar o valor de despesas que ficarão fora dos limites fiscais e nem quais empresas serão alvo da mudança.

Após a publicação da reportagem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a intenção do governo é fazer com que estatais dependem menos do orçamento do governo. “Não há hipótese

de isso acontecer (tirar estatais do arcabouço fiscal)", disse o chefe da pasta. "O objetivo da medida é exatamente o contrário, é fazer com que a estatal não dependa mais de recursos orçamentários."

Haddad admitiu a possibilidade de mudar a redação da proposta para deixar mais claro que não haverá impactos no arcabouço. Conforme apontam a consultoria do Senado, especialistas ouvidos pela reportagem e os próprios ministérios do governo envolvidos na elaboração da medida, apenas o aporte do Tesouro continuaria no Orçamento convencional, submetido aos limites fiscais, e não mais o recurso que vem de receita própria, como é hoje.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/10/2024

LIRA RESISTE A VOTAR 2º PROJETO DA REFORMA TRIBUTÁRIA ANTES DE SENADO APROVAR O 1º

Presidente da Câmara está incomodado com o que considera demora dos senadores em apreciar o texto enviado pelos deputados em julho, segundo interlocutores
Por Iander Porcella (Broadcast) e Victor Ohana (Broadcast)

BRASÍLIA - O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), só pautará a conclusão do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária após o Senado votar a primeira proposta, apurou o Estadão/Broadcast. O deputado alagoano está incomodado com o que considera demora dos senadores em apreciar o texto enviado pelos deputados em julho.

Em conversas reservadas, Lira tem dito que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), comprometeu-se a votar em novembro na Casa o primeiro projeto da tributária e enviá-lo de volta à Câmara, com alterações.

A promessa do senador, segundo o entorno do deputado, foi feita em Nova York, durante a 79ª sessão da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em setembro. Os dois parlamentares viajaram para o evento com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.



Nos cálculos de Lira, haveria tempo suficiente para que reforma tributária seja concluída neste ano Foto: Mario Agra/Agência Câmara

Como o Senado provavelmente fará mudanças no primeiro projeto, o texto terá de passar por nova análise dos deputados. Quando esse texto chegar de volta à Câmara, Lira deve finalizar a votação da segunda proposta.

Nos cálculos do deputado, há tempo suficiente para que a reforma tributária seja concluída neste ano. A emenda constitucional que muda o sistema de tributação do País foi aprovada no ano passado, mas ainda é preciso passar a regulamentação por lei complementar.

Tanto Lira quanto Pacheco querem deixar a reforma tributária como legado de seus mandatos à frente da Câmara e do Senado, respectivamente. Em fevereiro ocorrerá uma nova eleição para as mesas diretoras das Casas do Congresso e nenhum dos dois poderá concorrer à reeleição.

A Câmara aprovou em agosto o texto-base do segundo projeto de regulamentação da reforma tributária, mas Lira segurou a votação de alguns destaques (tentativas de alteração no texto principal já aprovado) após o governo sinalizar que retiraria a urgência constitucional da primeira proposta a pedido do Senado.

Na segunda-feira, 14, o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a expectativa do Palácio do Planalto é que a regulamentação da reforma tributária seja concluída na Câmara e no Senado em dezembro.

O senador Eduardo Braga (MDB-AM), que é o relator do primeiro projeto no Senado, adiou para a próxima semana a apresentação do cronograma de tramitação da proposta, após ser submetido a uma cirurgia para retirada de uma hérnia de disco e um cisto.

O segundo projeto da tributária, que está na Câmara, institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), trata da distribuição das receitas para Estados e municípios e também estabelece regras do imposto sobre herança e transmissão de imóveis.

A primeira proposta, que está sob análise do Senado, trata da espinha dorsal do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), que é composto por uma Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) federal e o IBS, que tem caráter estadual e municipal. Esse texto também contém regras para cesta básica de alimentos, Imposto Seletivo e cashback para pessoas de baixa renda.

Durante a tramitação do primeiro projeto na Câmara, deputados incluíram a carne na cesta básica com imposto zero. Lira foi contra, devido ao impacto na alíquota do IVA. Por outro lado, os parlamentares estabeleceram uma espécie de trava para a alíquota, que não poderá ultrapassar a média de 26,5%.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/10/2024

TELEBRAS GASTA MAIS DE R\$ 100 MILHÕES EM 4 ANOS SEM DINHEIRO EM CAIXA E VIRA PROBLEMA PARA O GOVERNO

Empresa é uma das estatais que podem sair do Orçamento convencional da União com projetos enviados ao Congresso e ter despesas contabilizadas fora dos limites fiscais

Por Daniel Weterman

BRASÍLIA – A Telebras, estatal federal responsável por levar internet aos órgãos públicos, enfrenta problemas no caixa e gastou mais de R\$ 100 milhões nos últimos quatro anos sem ter orçamento disponível para isso. A estatal é uma das empresas que poderão sair do Orçamento convencional da União e ter as despesas contabilizadas fora das regras fiscais, ainda que dependam de dinheiro do Tesouro Nacional, conforme projetos do governo revelados pelo Estadão.

Os ministérios do governo Lula envolvidos na elaboração das propostas afirmaram que a mudança é uma saída para empresas deixarem de depender de recursos da União. O Executivo, porém, não afirmou que estatais passarão pela transição. Procurada pela reportagem, a Telebras não se manifestou.



Presidente Lula (C) com o presidente da Telebras, Frederico de Siqueira Filho (E) e o ministro das Comunicações, Juscelino Filho Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

pagamento de funcionários.

Desde 2020, a Telebras gastou R\$ 116,6 milhões transferindo a contabilidade das despesas para o ano seguinte, o que não é permitido. Foram R\$ 74,4 milhões de despesas de anos anteriores só em 2024, maior valor que todos os períodos anteriores. A empresa adotou a prática para quitar despesas com a rede de comunicação de órgãos federais e até com o

A manobra é condenada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), que em outros casos apontou irregularidades frente às normas do Direito Financeiro, prejuízo para o planejamento e para a entrega de políticas públicas, além de uma operação à margem do orçamento aprovado anualmente. Uma representação específica sobre a estatal tramita na Corte de Contas.

O governo Lula enviou dois projetos para o Congresso para retirar empresas estatais do Orçamento convencional da União. As propostas afrouxam as regras para que empresas saiam da contabilidade

tradicional e passem a ser consideradas independentes, mesmo que ainda dependam de dinheiro do Tesouro Nacional, abrindo caminho para novas manobras no arcabouço fiscal.

Com a mudança, aproximadamente R\$ 600 milhões da Telebras poderiam sair do Orçamento convencional considerando números de hoje (o orçamento total da empresa é de R\$ 800 milhões), fazendo com que essas despesas não fossem mais registradas no sistema do governo e abrindo espaço para mais gastos federais. O número, porém, pode aumentar, a depender dos recursos colocados daqui para frente. Entre as 17 estatais dependentes da União, ou seja, que dependem de dinheiro do Tesouro para manter suas atividades, a Telebras é que teria o maior impacto com a proposta.

Conforme o Estadão revelou, a empresa de telecomunicações foi um dos órgãos que pediram aumento de orçamento para o governo federal em agosto, apontando risco de paralisia nos serviços públicos. O Ministério das Comunicações informou ao Ministério do Planejamento e Orçamento que a estatal já estava inadimplente com alguns contratos, situação que poderia piorar em 2025. Ou seja, o pagamento de despesas de anos anteriores pode aumentar.

A Telebras ameaçou interromper o serviço de internet em agências do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), postos de saúde e até no Palácio do Planalto, mas não foi atendida. O orçamento para o custeio de atividades (sem contar novos investimentos) é de R\$ 300 milhões, sendo que a estatal pediu R\$ 1 bilhão no ano que vem.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 16/10/2024

LULA RETIRA URGÊNCIA DE PROJETO DE LEI DO AUXÍLIO GÁS QUE OPÕE FAZENDA E MINAS E ENERGIA

Técnicos apontaram risco de fraudes no novo desenho do programa, e Fazenda passou a defender correção de 'eventuais erros'; governo não comentou alerta

Por Eduardo Rodrigues

BRASÍLIA - Diante do impasse entre os ministérios da Fazenda e de Minas e Energia sobre o novo formato proposto para o Auxílio Gás, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviou ao Congresso Nacional o pedido de retirada de urgência do projeto que altera o benefício. O despacho foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União (DOU).

A retirada de urgência foi antecipada na terça-feira, 15, pela Coluna do Estadão. O presidente quer mais tempo para amadurecer a discussão internamente. Pelo texto enviado ao Congresso, a Caixa Econômica Federal poderia receber o dinheiro do programa diretamente das empresas de petróleo.

Como mostrou o Estadão/Broadcast também na terça, a Fazenda alertou para o risco de fraude e de despesas serem classificadas como irregulares no novo desenho do Auxílio Gás.



Lula enviou ao Congresso pedido de retirada de urgência do projeto que altera o Auxílio Gás Foto: Wilton Junior/Estadão

“O modelo de descontos diretos pode gerar incentivo a fraudes na política pública, a exemplo da revenda de botijões por beneficiários ou da existência de operações fictícias entre revendedores e beneficiários”, diz uma nota técnica da Secretaria de Reformas Econômicas do Ministério da Fazenda elaborada em 23 de agosto, três dias antes de o projeto ser anunciado. Os ministérios da Fazenda, de Minas e Energia e da

Casa Civil não se manifestaram sobre a nota.

Após o envio do projeto, o Ministério da Fazenda admitiu preocupações e passou a defender correção de “eventuais erros”. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que o formato

seria revisto para trazer as despesas para dentro do Orçamento. Até o momento, porém, não houve essa correção.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 16/10/2024



VALOR ECONÔMICO (SP)

ACRO CABOS RECEBE CERTIFICAÇÃO EM OPERAÇÕES OFFSHORE

Padrão DNV-ST-E271 estabelece normas para equipamentos de movimentação de cargas em operações marítimas; além de óleo e gás, energia eólica deve impulsionar setor

Por Dino



Acro Cabos recebe certificação em operações offshore — Foto: Reprodução/Adobe Stock

A Acro Cabos de Aço, empresa especializada em equipamentos para elevação, amarração e movimentação de cargas, recebeu a certificação de padrão internacional DNV-ST-E271 que a qualifica como fornecedora de equipamentos de movimentação de cargas offshore. Esta é uma qualificação estratégica em um momento no qual o setor de atividades offshore vive a perspectiva de investimentos não apenas na produção de óleo e gás, mas também na expansão da infraestrutura para geração de energia eólica.

A Acro Cabos passa a ser uma empresa certificada com o Type Approval DNV-ST-E271 para a fabricação e reparo de lingas de cabos de aço para contentores offshore.

Pelas normas internacionais de movimentação de cargas marítimas, companhias e governos são obrigados a obter insumos e serviços apenas de empresas certificadas, o que garante a qualidade dos materiais – produzidos dentro das especificações demandadas para este tipo de operação – e sua rastreabilidade com total transparência. As normas certificadoras consideram as complexidades da movimentação de carga em navios e plataformas, que exigem materiais e tecnologias adequadas para as condições de alto mar.

“Obter esta certificação é mais um passo importante para nossa consolidação como uma fornecedora completa de soluções para movimentação de cargas em qualquer cenário”, afirma Fernando Fuertes, Engenheiro e Desenvolvedor de Novos Negócios da Acro Cabos. “Além disso, não deixa de ser um movimento estratégico quando olhamos para as perspectivas do setor offshore no Brasil, um segmento no qual reforçamos nossa expertise desde que ampliamos nossa operação, em fevereiro, com a nova unidade de Macaé, no Rio de Janeiro.”

O setor offshore sempre foi robusto no Brasil por conta da exploração de petróleo e gás. Agora, esta robustez tende a aumentar com os investimentos previstos para ampliar a infraestrutura de geração de energia eólica offshore, um movimento que atende a uma demanda global de transição energética na qual o país ocupa posição de destaque.

Um estudo recente do Grupo Banco Mundial encomendado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) e realizado em colaboração com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), revelou que usinas offshore podem gerar mais de 500 mil empregos até 2050 com valor agregado bruto de R\$ 902 bilhões.

“Os números mostram que o setor tem um grande potencial de investimento nos próximos anos. Isso significa um crescimento significativo em operações de transporte e de movimentação de cargas offshore. Estamos preparados para atuar como especialistas certificados de acordo com os padrões internacionais, garantindo segurança e conformidade para que as empresas operem 100% dentro das normas”, destaca Fuentes.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/10/2024

ANTIDUMPING CONTRA FOLHA METÁLICA DA CHINA OPÕE CSN E FABRICANTES DE LATAS DE AÇO E DE ALIMENTOS

Recomendação de aplicação de direito provisório, com tarifas de US\$ 250 a US\$ 345 por tonelada será levada amanhã ao Gecex

Por Stella Fontes, Valor — São Paulo



CSN é a única produtora de folhas metálicas no país e opera com capacidade ociosa — Foto: Photographer: Rich Press/Bloomberg

Em processo que tem sido acompanhado de perto por pesos-pesados da indústria siderúrgica, de embalagens e de alimentos, o Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior (Gecex/Camex) decide amanhã (17) sobre a aplicação de direito antidumping provisório sobre as importações chinesas de folhas metálicas, usadas na confecção de latas para produtos alimentícios e leite em pó e em tampas para

garrafas de bebidas.

O pedido foi feito pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), única produtora desse tipo de folha (de flandres) no país. Hoje, a companhia opera com ociosidade de até 75% nessa linha, que fica na usina de Volta Redonda (RJ), e atribui o recuo na produção, em boa parte, ao crescimento contínuo das importações, notadamente da China nos dois últimos anos. A constatação inicial foi que há dumping —prática de preços inferiores ao custo de produção ou aos aplicados no mercado de origem.

O pleito, contudo, encontra forte oposição de gigantes como JBS — dona da Zempack, maior produtora de latas de aço do país — e Ambev, que usa aço nas tampas de garrafas de vidro, entre outras empresas representadas pela Associação Brasileira de Embalagens de Aço (Abeaço). A indústria de alimentos também se opõe à medida. Os dois setores apontam que, se aplicada, a tarifa terá impacto no bolso do consumidor final.

Embora o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) tenha rejeitado a inclusão das folhas metálicas no pacote de produtos de aço cujas importações estão temporariamente sujeitas a cotas e alíquota de 25% sobre o excedente, desde junho, a CSN teve uma vitória parcial.

A investigação das importações chinesas por dumping foi iniciada em março pelo Departamento de Defesa Comercial (Decom). A recomendação de aplicação de direito provisório, com tarifas de US\$ 250 a US\$ 345 por tonelada — adicionalmente à tarifa de importação de 10,8% já vigente —, será levada amanhã ao Gecex.

“É uma medida extremamente técnica e segue o regramento da OMC (Organização Mundial de Comércio)”, disse ao Valor o diretor comercial da CSN, Luiz Fernando Martinez. Em cinco anos, conforme o executivo, as importações de folhas metálicas saíram de 106 mil toneladas (em 2019) para 200 mil toneladas por ano atualmente.

Com o desaquecimento da economia na China, a produção local excedente passou a ser direcionada a países que não adotaram medidas de defesa comercial, caso do Brasil, disse Martinez. “Não é

protecionismo, é isonomia competitiva”, defendeu. Com capacidade instalada de até 1 milhão de toneladas por ano de folhas, a CSN produz cerca de 300 mil toneladas anuais atualmente.

Segundo a Associação Brasileira de Embalagem de Aço (Abeaço), por se tratar de direito provisório, a recomendação de aplicação da tarifa antidumping não considerou o interesse público. “Empresas que optaram por importar folhas metálicas o fizeram porque a CSN não conseguiu homologar seu material. É uma questão de qualidade”, afirmou a presidente-executiva da entidade, Thais Fagury.

A maior dificuldade, segundo Thais, seria atender às exigências dos clientes internacionais das empresas que usam embalagens de aço com folhas da CSN. A siderúrgica, por sua vez, afirma que o argumento não é válido, uma vez que ela mesma é exportadora e não encontra obstáculos no mercado internacional.

Segundo a executiva, o setor de embalagens de aço tentou sensibilizar o governo quanto ao impacto da adoção da tarifa, tanto para a indústria nacional quanto para o consumidor final. No caso das latas, afirmou, o impacto no custo de produção vai variar de 4,7% a 7,4%, com reflexo direto no consumidor final da ordem de 3,1% a 5,1%, por encarecer embalagens de atomatados, sardinha, leite em pó, entre outros produtos.

“A qualidade e o preço da CSN não são competitivos em relação ao mercado nacional. Os preços são superiores aos cobrados por fornecedores da Alemanha, do Japão e da Holanda. O ponto é que o custo de produção da CSN é mais elevado porque seu parque fabril está aquém dos de lá de fora”, disse Thais.

Além da Zemapck, da JBS, a Ambev também importa atualmente 100% das folhas metálicas que usa na produção de tampinhas de garrafas. Procurada, a JBS não comentou o assunto. A Ambev ainda não se manifestou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 16/10/2024

TARCÍSIO DEFENDE ABERTURA DE PROCESSO DE EXTINÇÃO DE CONTRATO DA ENEL

Governador de São Paulo cobrou postura firme do governo federal no trato com a empresa, que segundo ele, não cumpriu o plano de contingência previamente elaborado

Por Paulo Eduardo Dias, Folhapress — São Paulo



— Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Com partes da capital e da Grande São Paulo sem energia elétrica pelo quarto dia seguido, o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) foi duro nas críticas contra a Enel e disse que a empresa vem falhando com o atendimento há tempos.

"Eu defendo é a abertura do processo de caducidade. Ou seja, um processo de extinção do contrato, que está previsto na lei por reiterados descumprimentos contratuais, teria que ser aberto. Porque a empresa, com o processo de caducidade na cabeça, ela começa a trabalhar", disse, ao final de um evento que celebrou os 54 anos da Rota -tropa da PM.

O governador cobrou uma postura mais firme da gestão Lula (PT) no trato com a empresa.

"Você precisa de ações mais firmes. A regulação tem esses instrumentos. Você tem a possibilidade, por exemplo, de decretar intervenção na concessão. Isso não foi feito até hoje. Você tem a possibilidade de abrir o processo de caducidade. Isso também não foi feito até hoje", declarou.



Segundo o governador, o centro de São Paulo sofreu um apagão no início do ano sem que houvesse condições climáticas adversas. "Naquela oportunidade nós pedimos, por exemplo, ações mais duras com relação à companhia, porque não adianta também só aplicar a multa. A empresa não paga a multa. Ela vai no Judiciário, ela consegue suspender as multas. Ela não paga as multas aplicadas pelo Procon. Ela não paga as multas aplicadas pelo regulador. Então você precisa de ações mais firmes."

De acordo com Tarcísio, houve a elaboração de um plano de contingência com a concessionária, que não foi cumprido.

"Ela tinha que ter 2.500 pessoas na rua imediatamente após a chuva. E não teve. Ela passou o final de semana todo com pouco mais de 1.000 pessoas mobilizadas, sem cumprir aquilo que estava determinado. Ela tinha um compromisso de contratar pessoas. Não contratou."

A Enel, ainda de acordo com o governador, deixou de mapear pontos críticos, locais que acabaram sendo alertados à companhia pelo próprio Estado, principalmente onde estavam instalações da Sabesp para evitar a falta de água. "A Sabesp providenciou 36 grupos geradores por conta própria para dar conta da sua responsabilidade", disse Tarcísio.

Conforme Tarcísio, o Estado agiu para que unidades hospitalares não ficassem desassistidas. "O governo do Estado abasteceu de diesel os geradores dos hospitais, porque os hospitais ficaram sem energia. O [hospital de cardiologista] Dante Pazzanese estava sem energia. E quem proveu combustível para o Dante Pazzanese foi a Polícia Militar. Porque nós tínhamos 80 pessoas na UTI iriam que ficar sem energia. E empresa não se preparou para isso."

No entendimento de Tarcísio, há necessidade de atuação do Tribunal de Contas da União (TCU), órgão responsável pelo controle externo, para acabar com um jogo de empurra-empurra entre o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "O que o TCU pode fazer? Responsabilizar os agentes que estão falhando na fiscalização. O TCU pode impor medidas", explicou.

Em meio a críticas contra a privatização, Tarcísio negou que a Sabesp, empresa estatal de saneamento, possa sofrer o mesmo problema que a energia, que vem causando transtornos aos paulistanos.

"O que aconteceu com a Enel, pode ter certeza, não vai acontecer com a Sabesp. Porque, ao contrário, aqui nós fortalecemos a agência reguladora."

*Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 16/10/2024*

APAGÃO EM SP REVELA URGÊNCIA DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA PROTEÇÃO DE INFRAESTRUTURA CRÍTICA

Após chuva, São Paulo registrou mais clientes sem luz que a Flórida, atingida pelo furacão Milton
Por Robson Rodrigues, Valor — Orlando (EUA) 1*

O apagão que afetou diversas cidades de São Paulo, deixando mais de 2,1 milhões de imóveis na área de concessão da Enel sem energia, evidenciou a importância da inteligência artificial (IA) no Brasil e no mundo para proteção e restabelecimento de infraestruturas críticas, como a rede de distribuição de energia, em situações de caos.

Após chuva, São Paulo registrou mais clientes sem luz que a Flórida, atingida pelo furacão Milton, de categoria 5, que afetou diversas regiões da península da Flórida com ventos de mais de 250 km/h e enchentes acima de 4 metros de altura. Na cidade de Tampa, a chegada do Milton deixou ao menos 70% dos clientes da empresa de energia Tampa Electric sem energia.



— Foto: Paulo Pinto/Agência Brasil

Poucos dias após o desastre, os condados da Flórida que tiveram impacto já conseguem retomar as atividades. A cidade de Orlando já reabriu suas portas para milhares de turistas que chegaram para grandes eventos e parques de diversões. Na análise de especialistas em inteligência artificial industrial, que falaram sobre o assunto durante o evento IFS Unleashed, em Orlando, Estados Unidos, um dos fatores que contribuíram para essa rápida recuperação foi o uso de inteligência artificial para

monitorar, prever e mitigar os impactos no sistema de energia elétrica.

O CEO global da IFS, empresa de IA industrial, Mark Moffat, é categórico ao dizer que “todas as empresas precisam de um plano de negócio robusto para IA”, para responder às novas demandas da sociedade, o que inclui mudanças climáticas.

A IA permitiu que as concessionárias de energia da Flórida tivessem uma visão antecipada dos pontos mais vulneráveis da rede. Durante o furacão, sistemas processaram dados meteorológicos em tempo real e previram quais áreas eram mais propensas a sofrer quedas de energia. Munidas com essas informações, as equipes de resposta foram posicionadas previamente, e, após o furacão, a IA auxiliou no diagnóstico rápido dos danos à rede de energia, priorizando as regiões mais críticas para restauração.

Além disso, drones equipados com IA foram usados para inspecionar redes elétricas e infraestrutura, o que acelerou o processo de identificação de danos sem a necessidade de enviar equipes a campo de imediato. Essas tecnologias ajudaram a garantir que, em apenas alguns dias após o furacão, a Flórida pudesse receber turistas e garantir o fornecimento adequado de energia.

No caso da Enel, a população ainda sofre com o serviço, que ainda não foi totalmente restabelecido pela empresa. O presidente da empresa, Guilherme Lencastre, não deu um prazo de quando a energia será restabelecida. Segundo o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, a Enel não cumpriu o plano de contingência para eventos climáticos extremos e colocou menos funcionários em campo do que o esperado após a tempestade que atingiu São Paulo.

A situação abriu uma crise entre diversas esferas do poder, envolvendo o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e a Aneel, e pautou as eleições de São Paulo. Diversas empresas, como Copel, CPFL e a própria Enel buscam na inteligência artificial prever o impacto de temporais na rede, mas a realidade brasileira mostra que a rede ainda está exposta a catástrofes climáticas que há décadas são previstas por cientistas.

Marco Giancesini, gerente de implantação de sistemas da Celesc, conta que a região de Santa Catarina sofre ainda mais com eventos climáticos extremos, como furacões extratropicais. A aplicação de IA visa proteger e restaurar a infraestrutura crítica e não apenas responde mais rapidamente a desastres, mas também contribui para uma gestão proativa, como prever falhas, automatizar inspeções, gerir o fluxo de energia em momentos de alta demanda ou crise e identificar as áreas críticas e priorizar os reparos.

“O sistema faz todo o gerenciamento das equipes de campo. A Celesc tem 3,5 milhões de clientes e a gente faz em torno de 5 mil serviços por dia em todo o Estado de Santa Catarina. Deste total, em torno de mil são serviços de emergência e 4 mil estão relacionados diretamente com clientes. São serviços comerciais de ligação nova, de corte, religação e fiscalização.”

O sistema é da IFS e a implantação é feita pela ALIX Tecnologia, que ganhou a licitação, e deve auxiliar no gerenciamento das equipes, otimização de rotas de campo, agendamento de serviços, entre outros serviços. *O repórter viajou a convite da IFS

Fonte: Valor Econômico - SP

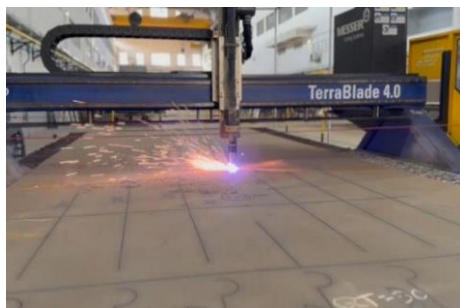
Data: 16/10/2024

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MARINHA DIVULGA EDITAL PARA COMPRA DE CHAPAS PARA NAVIO PATRULHA

Por Danilo Oliveira Indústria naval 15/10/2024 - 22:59



Licitação prevê itens para construção no Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro. Abertura das propostas está prevista para o próximo dia 24 de outubro

A Diretoria Industrial da Marinha do Brasil abriu licitação para a aquisição de chapas para a construção de um navio patrulha para a força naval. O processo, aberto na última segunda-feira (14), prevê unidades de aço carbono, 'ASTM 31 grau A'. Ao todo, serão 14 itens, divididos em dois grupos, com quantidades que variam entre 6 a 266 chapas por item. A abertura das

propostas está prevista para o próximo dia 24 de outubro. O edital detalha o tipo do aço naval, como espessura, comprimento, largura e características adicionais e de resistência.

Em agosto foram realizados, nas instalações do Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), os primeiros cortes de chapas do casco do futuro navio-patrulha Miramar. As chapas serão utilizadas na montagem do bloco inicial do total de 16 que compõem o processo construtivo do meio naval. A construção do NPa Miramar integra o Programa de Desenvolvimento de Navios-Patrulha (Pronapa), o terceiro navio da classe Macaé a ser construído pelo AMRJ. De acordo com a Marinha, blocos do navio serão montados nas instalações do edifício 17, que, atualmente, também abriga a construção do NPa Mangaratiba. A previsão de entrega desses dois meios ocorrerá em 2026 e 2027, respectivamente.

Além de prosseguir atendendo as demandas de manutenção de meios navais, o AMRJ retomou, com os Navios-Patrulha de 500 toneladas, a construção naval. Para essa classe de navios, além da entrega do NPa Maracanã em 2022, o desafio de manter a curva de conhecimento em processos construtivos impulsionou as atuais construções dos NPa Mangaratiba e Miramar.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 16/10/2024



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 16/10/2024